

**PREFEITURA DE NOVA AURORA**

**Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
LEI Nº 1.726, DE 19 DE JUNHO DE 2015**

**JUNHO/2015**

**JOSÉ APARECIDO DE PAULA E SOUZA**

Prefeito

**JOSÉ GERALDO BERTA**

Vice-Prefeito

**LÁZARO VALENTIM BORGES**

Secretário Municipal de Educação

**SAMUEL MESSIAS DOS SANTOS**

Presidente da Câmara de Vereadores

**ADÃO CARLOS BÁLICO**

**ANGELA MARIA LOVO VOINAROVSKI**

**ISAURA LUJAM MACHADO**

**JOSÉ XAVIER NETO**

**LUCINÉIA DE OLIVEIRA ADEVENTE FERREIRA DA SILVA**

**REGINALDO BUGLIANI**

**ROGÉRIO PETRONILHO**

**VILMAR LUIS ABATTI**

Vereadores

# **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA AURORA**

**REGINA CILENE ZILIO POLEZE**

Coordenadora Geral

**DAUTICLÉIA BOZZO DUARTE**

Representante da Caracterização Geral do Município

**SOLANGE RICHCIK SOARES**

Representante da Educação Infantil

**ADRIANA DE SOUZA FREITAS CHIQUERA**

Representante do Ensino Fundamental

**ANTÔNIA APARECIDA BOTELHO GONÇALVES DURSKI**

Representante do Ensino Médio

**ELISANGELA FURLAN**

Representante da Educação Superior

**ALBERTINA FOLTZ DE OLIVEIRA**

Representante da Educação de Jovens e Adultos

**REGINALDO PEREIRA GONÇALVES**

Representante da Educação Tecnológica e Formação Profissional

**MARINA TOKIE ADATIHARA**

Representante da Educação Especial

**LÚCIA DEBIAZI GUERREIRO**

Representante da Formação dos Profissionais da Educação da Valorização do Magistério

**APARECIDA TOPP SERRA**

Representante do Financiamento da Educação da Rede Municipal de Ensino

**ALESANDRA CRISTINA DERVANOSKI**

Representante da Gestão da Rede Municipal de Ensino

**IARA SUYAMA FERRARI**

Representante do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná

**CONSULTORIA**

**GAE – CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA**

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LEI Nº 1.726/2015.....</b>	<b>12</b>
<b>I - APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>15</b>
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	15
2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	19
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	22
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	24
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	26
5. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	27
<b>III - DIAGNÓSTICOS.....</b>	<b>29</b>
1. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	29
1.1 Atendimento.....	29
1.2 Infraestrutura.....	30
1.3 Recursos Humanos.....	32
1.4 Considerações Finais.....	32
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	34
2.1 Atendimento.....	34
2.2 Recursos Humanos.....	35
2.3 Desempenho dos Alunos.....	36
2.4 Considerações Finais.....	38
3. ENSINO MÉDIO.....	40
3.1 Oferta.....	40
3.2 Rendimento Escolar.....	40
3.3 Recursos Humanos.....	41
3.4 Considerações Finais.....	42
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	43
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	47
6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	52
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	57
7.1 Atendimento em Instituição Especializada.....	57
7.2 Atendimento no Ensino Regular.....	61
8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	64

9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	67
9.1 Financiamento.....	67
9.2 Gestão da Educação Pública Municipal.....	69
9.2.1 Órgão gestor da educação.....	69
9.2.2 Organização da rede municipal de ensino.....	70
9.2.3 Gestão da rede municipal de ensino.....	70
9.2.4 Projetos em andamento.....	72
9.2.5 Tecnologias educacionais.....	73
9.2.6 Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.....	75
<b>IV - METAS E ESTRATÉGIAS.....</b>	<b>78</b>
<b>V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....</b>	<b>98</b>
<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS.....</b>	<b>99</b>
<b>SITES CONSULTADOS.....</b>	<b>101</b>

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

ACINA	Associação Comercial e Industrial de Nova Aurora
ADAF	Associação de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APP	Associação dos Professores do Paraná
ASEUMNA	Associação dos Estudantes Universitários Municipal de Nova Aurora
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
COPACOL	Cooperativa Agrícola Consolata Ltda
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COPERAFA	Cooperativa da Agricultura Familiar
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CTESOP	Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense
DNPM	Desenvolvimento Neuro-Psico-Motor
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAG	Faculdade Assis Gurgacz
FES	Floresta Estacional Semidecidual
FIA	Fundo da Infância e da Adolescência
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOM	Floresta Ombrófila Mista
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPEV	Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NRE	Núcleo Regional de Educação
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEI	Programa de Educação Integrada
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODAF	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio Familiar
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PROERD	Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense de Nova Aurora
PSE	Programa Saúde na Escola
SEAE	Secretaria de Estado para Assuntos Estratégicos
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas
UNIPAR	Universidade Paranaense
UniSociesc	Sociedade Educacional de Santa Catarina
UNIVEL	União Educacional de Cascavel

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1.	Localização do município de Nova Aurora.....	15
Figura 2.	Limites do Município.....	16
Figura 3.	Bandeira do Município.....	20
Figura 4.	Brasão de Armas do Município.....	21
Figura 5.	Organograma da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.....	69



# LISTA DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1.	População do Município, 1970/2010.....	23
Gráfico 2.	Pirâmide etária do Município, 2010.....	23
Gráfico 3.	Índice de Desenvolvimento Humano de Nova Aurora, 1991/2010.....	24
Gráfico 4.	Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano de Nova Aurora, 1991/2000.....	25
Gráfico 1.1.	Evolução das matrículas da educação infantil, 2011 – 2015.....	30
Gráfico 2.1.	IDEB da rede pública – anos iniciais, 2007-2021.....	37
Gráfico 2.2.	IDEB da rede pública – anos finais, 2007-2021.....	37
Gráfico 3.1.	Índices de evasão no ensino médio, 2011 – 2014.....	41
Gráfico 3.2.	Formação dos recursos humanos para o atendimento do ensino médio, 2015 (em %)......	42

# LISTA DE TABELAS

---

Tabela 1.	População do Município e variações percentuais, 1970/2010.....	23
Tabela 2.	Instituições de ensino existentes no Município, 2015...	28
Tabela 1.1.	Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015.....	29
Tabela 1.2.	Evolução das matrículas da educação infantil, 2011 – 2015.....	29
Tabela 1.3.	Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	30
Tabela 1.4.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	31
Tabela 1.5.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015.....	32
Tabela 2.1.	Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....	34
Tabela 2.2.	Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015.....	34
Tabela 2.3.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015.....	35
Tabela 2.4.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015.....	36
Tabela 2.5.	Rendimento e movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	37
Tabela 2.6.	Resultados do IDEB no Ensino Fundamental e as metas previstas, 2007-2021.....	37
Tabela 3.1.	Instituições que ofertam o ensino médio, 2015.....	40
Tabela 3.2.	Matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015.....	40
Tabela 3.3.	Rendimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio, 2011 – 2014...	41
Tabela 3.4.	Recursos humanos para o atendimento do ensino médio, 2015.....	41
Tabela 4.1.	Instituições que ofertam a educação superior, no Município de Nova Aurora, 2015.....	43
Tabela 4.2.	Infraestrutura do ambiente disponibilizado para os cursos de educação superior na modalidade a distância, 2015.....	43
Tabela 4.3.	Procedência escolar dos acadêmicos que cursam a educação superior, por instituição de ensino, 2012 – 2015.....	44
Tabela 4.4.	Índices de evasão na Educação Superior, por instituição de ensino, 2011 – 2014 (em %)... ..	44
Tabela 5.1.	Oferta da EJA, 2015.....	49
Tabela 5.2.	Evolução das matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015.....	49

Tabela 6.1.	Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município, 2013 – 2015.....	53
Tabela 6.2.	Perspectiva de oferta de novos cursos profissionalizantes, 2015 – 2016.....	55
Tabela 7.1.	Evolução do atendimento da Escola Novo Amanhecer, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015.....	58
Tabela 7.2.	Infraestrutura da Escola Novo Amanhecer, 2015.....	58
Tabela 7.3.	Quadro funcional da Escola Novo Amanhecer, 2015...	60
Tabela 7.4.	Atendimento de Técnicos, 2015.....	60
Tabela 7.5.	Transporte oferecido aos alunos que frequentam a Escola Novo Amanhecer, 2015.....	60
Tabela 7.6.	Atendimento da educação especial no ensino regular, 2015.....	61
Tabela 7.7.	Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015.....	61
Tabela 7.8.	Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015.....	62
Tabela 8.1.	Profissionais do magistério da rede municipal de ensino, 2015.....	64
Tabela 8.2.	Servidores de apoio escolar da rede municipal de ensino, 2015.....	65
Tabela 9.1.	Recursos públicos destinados à educação, 2013 – 2015.....	67
Tabela 9.2.	Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	68
Tabela 9.3.	Indicadores de educação, 2013 – 2015.....	68
Tabela 9.4.	Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2015.....	68
Tabela 9.5.	Instituições de ensino da rede municipal, 2015.....	70
Tabela 9.6.	Tempo integral, 2015.....	70
Tabela 9.7.	Órgãos colegiados, 2015.....	71
Tabela 9.8.	Laboratórios de informática, 2015.....	74
Tabela 9.9.	Diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação.....	75



# Prefeitura Municipal de Nova Aurora

## Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

---

### LEI Nº 1.726/2015

**SÚMULA:** Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

**A Câmara Municipal de Nova Aurora, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte:**

#### Lei

**Art. 1º** Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, constante do documento em Anexo, com duração de dez anos.

**Art. 2º** São diretrizes do PME de Nova Aurora:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII - Estabelecimento de estratégias que assegurem o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

**Art. 3º** A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a Sociedade Civil.

**§ 1º** O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação das estratégias estabelecidas no Anexo deste Plano, que deverão ser cumpridas no prazo de sua vigência, desde que não haja prazo inferior definido para as metas nacionais e as estratégias específicas.

**§ 2º** A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos e Educação Especial, integrantes da rede municipal de ensino, em articulação com a rede estadual e privada, que compõem o Sistema Estadual de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.



# Prefeitura Municipal de Nova Aurora

## Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

-----

**Art. 4º** O Município, em articulação com a União, o Estado e a Sociedade Civil, procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano Municipal de Educação e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

**Parágrafo único.** A primeira avaliação será realizada no segundo ano após a aprovação, e as posteriores a cada dois anos .

**Art. 5º** O Poder Público Municipal, em conjunto com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação do PME, formado pelo Dirigente Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, estabelecerão os mecanismos necessários ao acompanhamento de sua execução.

**Art. 6º** Fica autorizada a instituição de Comissão Permanente de Avaliação sob a coordenação do Conselho Municipal de Educação – CME, para acompanhamento da execução e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação.

**Art. 7º** Os planos plurianuais e as diretrizes orçamentárias do Município deverão ser elaborados de modo a dar suporte às estratégias constantes do Plano Municipal de Educação.

**Art. 8º** O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e na progressiva realização das suas estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 1.303/2009, de 28 de abril de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Aurora, em 19 de Junho de 2015.

  
JOSE APARECIDO DE PAULA E SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

# I - APRESENTAÇÃO

---

O Plano Municipal de Educação (PME) de Nova Aurora foi construído a partir de estudos, debates e proposições, realizadas por meio de diversos mecanismos estabelecidos com o objetivo de propiciar a maior participação possível da sociedade, culminando com a audiência pública, realizada em 29 de maio de 2015.

O processo de elaboração deste PME encontra respaldo legal na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996), na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), assim como nos marcos normativos que embasam o regime de colaboração entes federados: União, Estado e Município.

As estratégias definidas neste PME, para cada uma das 20 metas do PNE, são resultados da análise do diagnóstico educacional do Município, considerando seu contexto histórico, geográfico, socioeconômico, cultural e ambiental, possibilitando assim, a definição de proposições capazes de assegurar mudanças significativas na performance educacional do Município.

Mais do que um conjunto de metas para a educação, o PME de Nova Aurora, por meio de diversas estratégias, revela as aspirações de toda uma sociedade que entende que a oferta de uma educação de qualidade para todos, pode promover as transformações sociais, culturais e econômicas, necessárias para a convivência numa sociedade melhor, mais humana e igualitária.

Este PME, construído com a ampla participação da comunidade escolar, dos órgãos do poder público municipal e estadual, e da sociedade em geral, traça os caminhos a serem percorridos pela educação num período de dez anos, constituindo-se numa verdadeira obra de cidadania, onde estão registradas as diversas contribuições direcionadas à melhoria da educação no Município.

## II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

### 1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Nova Aurora está localizada na mesorregião Oeste Paranaense, dentro da microrregião de Cascavel, Estado do Paraná, estando a uma latitude de 24'52° Sul, longitude de 53'25° Oeste e a uma altitude média de 530 metros acima do nível do mar, possuindo uma área territorial de 474 quilômetros quadrados.

A Figura 1 demonstra a posição geográfica do Município em relação ao Brasil e o Estado do Paraná.



**Figura 1.** Localização do município de Nova Aurora

Fonte: Wikipedia. Acesso no site

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova\\_Aurora\\_%28Paran%C3%A1%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Aurora_%28Paran%C3%A1%29), maio de 2015.

Nova Aurora possui três distritos administrativos: Nova Aurora, Marajó e Palmitópolis.

A partir de 27, de junho de 2014 foi instaurada a Comarca no município de Nova Aurora, sob a Lei nº 28 de outubro de 2013.

Nova Aurora é cortada por duas estradas estaduais pertencentes ao governo do Paraná: a Rodovia PR-180 e a Rodovia PR-239.

A Rodovia PR-180 é uma estrada que liga a divisa com o Estado de São Paulo (Terra Rica/Paraná e Euclides da Cunha Paulista/São Paulo) e a divisa com o Estado de Santa Catarina (Marmeleiro/Paraná e Campo Erê/Santa Catarina) no trecho entre o entroncamento com a PR-239 e PR-575 em Nova Aurora, e o entroncamento com a PR-574 em Cafelândia. De acordo com a Lei Estadual nº 8.298, de 04 de fevereiro de 1986, é conhecida como Rodovia Vereador Jocelino Pereira dos Santos.

A Rodovia PR-239 é uma estrada que liga a divisa com o Estado de São Paulo (na altura das cidades de Sengés/Paraná e Itararé/São Paulo) com a PRT-163, na cidade de Quatro Pontes, na região oeste do Paraná.

A principal rodovia federal, próxima ao município é a BR-369. Era conhecida como Rodovia dos Cereais, inicia-se no entroncamento com a BR-494, no município de Oliveira em Minas Gerais, e atravessa o estado de São Paulo e parte do Paraná até a cidade de Cascavel. Para obter acesso a Curitiba, deve-se utilizar a PR-239 e seguir a BR-369 até Cascavel, para então seguir a BR-277 até a Capital. Este é o trecho mais curto entre Curitiba e Nova Aurora, totalizando 552 quilômetros.

O município de Nova Aurora faz divisa ao norte, com os municípios de Formosa do Oeste, Quarto Centenário e Iracema do Oeste; a oeste, com Jesuítas e Tupãssi; ao sul, com Cafelândia e Corbéia; a Leste com Uiratã.



**Figura 2.** Limites do Município

Fonte: Cadernos Estatísticos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Consulta no site <http://www.ipardes.gov.br/cadernos>, em maio de 2015.

O clima nova-aurorense é caracterizado como subtropical mesotérmico brando superúmido (tipo Cfa segundo Köppen), tendo chuvas bem distribuídas durante o ano e temperatura média anual de 21,3°C, com invernos amenos e verões quentes. O mês mais quente, janeiro, tem temperatura média de 25,1°C, sendo a média máxima de 30,7°C e a mínima de 19,6°C. O mês mais frio, junho, de 16,5°C, sendo 22,2°C e 10,9°C as médias máxima e mínima, respectivamente. Outono e primavera são estações de transição.

A precipitação média anual é de 1.526,4 milímetros, sendo agosto o mês mais seco, quando ocorrem 73,8 milímetros. Em janeiro, o mês mais chuvoso, a média fica em 167 milímetros. Nos últimos anos, entretanto, os dias quentes e secos durante o inverno têm sido cada vez mais frequentes, não raro ultrapassando a marca dos 30°C, especialmente entre julho e setembro. Em agosto de 2012, por exemplo, a precipitação de chuva não passou dos 3,9 milímetros. Durante a época das secas e em longos veranicos em pleno período chuvoso, também são comuns registros de queimadas em morros e



matagais, principalmente na zona rural da cidade, o que contribui com o desmatamento e com o lançamento de poluentes na atmosfera, prejudicando ainda a qualidade do ar. Geadas são comuns no inverno. Entre os dias 22 e 23 de julho de 2013, houve registro de chuva congelada na cidade.

Segundo dados da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e do Instituto das Águas do Paraná, entre 1962 e 2013, o maior acumulado de chuva registrado em 24 horas em Nova Aurora foi de 180 milímetros, no dia 9 de março de 1995. Outros grandes acumulados foram de 177,4 milímetros, em 5 de outubro de 1975; 167,2 milímetros, em 18 de setembro de 1983; e 152,0 milímetros, em 15 de outubro de 2009. Tempestades de granizo não são frequentes, mas algumas das piores e mais recentes ocorreram nos dias 23 de setembro de 2006, 7 de agosto de 2008 e 21 de abril de 2014, destelhando várias casas e estabelecimentos e danificando plantações tanto na zona urbana quanto no perímetro rural, e foi registrada a formação de um tornado em 11 de dezembro de 2013, que, no entanto não provocou estragos.

A expansão da cultura da soja, milho e trigo levaram à região oeste do Paraná e ao Município, intenso desmatamento, inclusive nas áreas de proteção permanente (nascentes dos córregos e sua mata ciliar nas margens dos rios). Desta forma, o agrotóxico utilizado nas lavouras e no solo sem a devida proteção vegetal é levado pela enxurrada das chuvas, causando a contaminação e o assoreamento dos córregos.

Quanto à conservação do solo no município de Nova Aurora, todas as propriedades rurais possuem curvas de nível e 70% delas têm áreas de preservação permanente, com a implementação gradual da mata ciliar. Este conjunto de ação é uma estratégia para reverter o quadro de desmatamento notificado pelo Governo do Estado do Paraná.

Em relação ao sistema de cultivo, verifica-se a dominância do sistema plantio direto em toda área municipal, amenizando os problemas decorrentes de erosão.

O município de Nova Aurora situa-se na zona fisiográfica da bacia do Rio Piquiri, sendo banhado por ele na parte norte do Município, formando divisas com Quarto Centenário e Ubiratã e favorecendo uma análise sobre o potencial hidrológico. A drenagem predominante nas microbacias onde se insere o Município é do tipo dentrítico com orientação estrutural norte-sul das sub-bacias e microbacias e leste-oeste dos pequenos afluentes.

Os corpos d'água e suas matas ciliares são bens naturais de Nova Aurora e devem ser preservados. A dinâmica agrícola regional fez com que a sociedade e o poder público não respeitassem as áreas de preservação permanente e as reservas legais. De acordo com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado trabalha com as seguintes microbacias: Rio Verde, Água Grande, Água Central, Água Iguazuinho, Água Hong-Kong, Jesuítas, Melissa, Jacarezinho, Sucuri, Guajuvira, Piquiri I e II.

Além do Rio Piquiri, que passa a norte do Município, destaca-se no conjunto

hidrográfico o Rio Melissa que faz fronteira entre Corbélia e Nova Aurora. De acordo com a EMATER e o órgão municipal competente, existe uma pequena hidrelétrica nas margens deste rio. A Usina Hidrelétrica Melissa possui capacidade de 1,0 MW de potência instalada. A COPEL a reconhece como componente do município de Corbélia.

No início da década de 1960, o ritmo acelerado da colonização da região sudoeste motivou a construção dessa usina. Sua construção iniciou-se em 1960 e foi totalmente concluída em 1969. Em 1994, a Usina Hidrelétrica sofreu uma reforma geral retornando suas atividades no segundo semestre de 1995.

O Estado do Paraná apresenta um quadro botânico bem diversificado, com várias características peculiares e áreas de transição com mata de florestas e campos. Entre as florestas mais conhecidas tem-se a Floresta Ombrófila Mista, conhecida como Mata das Araucárias, Floresta Densa, conhecida como Mata Atlântica (Serra do Mar) e Floresta Semidecidual Estacional, conhecida como Floresta Fluvial Tropical.

O território de Nova Aurora não está vinculado à Floresta Nacional do Iguaçu ou ao seu entorno. Sua cobertura vegetal é caracterizada pela confluência da Floresta Estacional Semidecidual – FES e da Floresta Ombrófila Mista – FOM, caracterizando por ser uma área de tensão ecológica, necessitando ser preservada.

Segundo o IPARDES, a área total do Município corresponde a 47.748,42 (hectares). Em 2002, a cobertura florestal correspondia a 1.335,45 hectares, representando 7,48% da área municipal e 0,50% do total das áreas florestais da Mesorregião Oeste Paranaense (264.420,97 hectares). Segundo o IPARDES, em 2002, as áreas municipais manejadas com técnica de reflorestamento equivalem a 122,15 hectares, representando 0,84% do total das áreas reflorestadas da Mesorregião Oeste Paranaense (14.506,18 hectares).

A exemplo do restante da região, Nova Aurora registrou intenso desmatamento no restante do território, acompanhando a expansão das atividades econômicas, ocupando as áreas de floresta, mata ciliar e de reserva legal.

As florestas naturais cobriam originariamente o território do Município, identificando algumas espécies de madeira de lei como peroba, espécie obrigatória da floresta estacional semidecidual; e araucária, espécie de árvore obrigatória do complexo da floresta ombrófila mista. Conclui-se que esta área pode ser considerada de tensão ecológica. A atividade de reflorestamento está bastante pulverizada em áreas reduzidas e sem indicativos de expansão, estando particularmente destinada à produção de lenha usada em secadores da agroindústria.

Atualmente a paisagem municipal é um pouco diferente. Aumentaram as áreas de reflorestamento na municipalidade e há a preservação de áreas verdes significativas em várias propriedades, se comparado com os municípios do seu entorno. O fato de ser banhado pelo Rio Piquiri potencializa os cuidados com a mata ciliar. A EMATER relata a presença de matas nativas dispersas em toda a

municipalidade e, sobre as matas ciliares, o projeto de reflorestamento se encontra em fase de execução. Os dados que comprovam isso são a alta demanda e procura de mudas no viveiro municipal.

## 2. ASPECTOS HISTÓRICOS

Na segunda metade do século XIX, habitavam as terras onde mais tarde, seria localizado o município de Nova Aurora, os índios Caingangues e Camés, porém, mais tarde com a vinda dos espanhóis e portugueses, os aldeamentos indígenas foram destruídos e os índios que sobreviveram fugiram para o Sertão ou atravessaram o Rio Paraná.

Nesta ocasião, a colonização do oeste do Paraná praticamente se extinguiu e esta área que mais tarde pertenceria ao município de Nova Aurora apresentava um baixíssimo nível de desenvolvimento.

A área onde hoje está situado o município de Nova Aurora começou a ser explorada na década de 1940. As terras férteis incentivaram o estabelecimento dos primeiros moradores, que deram início à formação do povoamento que se transformou em distrito, subordinado a Cascavel, em 1961, sendo emancipado em 25 de setembro de 1967 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2014). A agropecuária e o setor de prestação de serviços correspondem às principais fontes de renda do Município (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2014), que se destaca principalmente na produção de milho e soja.

No ano de 1959 havia vários povoados na área do atual Município, “tais como Encruzilhada Tapejara, Alto Iguazuinho, Baixo Iguazuinho, Alto Alegre, Roda de Carro, Anta Gorda, Marajó, Placa São Luís (Palmital), Palmitópolis e Melissa” (Nova Aurora: sua história, sua gente, 1984, p. 14).

Assim, de acordo com pesquisas realizadas, em 1960, quando o prefeito Octacílio Mion assumiu a administração de Cascavel, o vereador Adevino Luiz de Oliveira entrou com um requerimento solicitando a criação do Distrito Administrativo de Nova Aurora (antiga Encruzilhada Tapejara), sendo aprovado pelo Projeto de Lei nº 177, de 25 de setembro de 1961.

Importante ressaltar, que a designação “Nova Aurora” surgiu quando foi celebrada uma missa campal, numa manhã de domingo, onde hoje está localizada a Praça dos Pioneiros, quando o Padre Bernardo Lube, durante o seu sermão exclamou “Uma nova aurora há de surgir na vida de todos vocês, meus irmãos” (Nova Aurora: sua história, sua gente, 1984, p. 18). Esta frase foi como um batizado para a localidade e no dia seguinte a Encruzilhada Tapejara foi oficializada como Nova Aurora.

Neste contexto, Nova Aurora começou a tomar forma urbana, o comércio se expandia a cada dia e a zona rural se desenvolvia de forma espantosa, com o cultivo da hortelã, rami e café, milho, feijão e arroz.

Entretanto, o novo distrito aspirava por autonomia para se autogerir. Nova Aurora já possuía aproximadamente 30.000 habitantes e, em 25 de setembro

de 1967, foi elevado à categoria de Município, através da Lei nº 5.643, tendo como distrito a localidade de Palmitópolis, criado pela Lei Estadual nº 5.481, de 20 de janeiro de 1967.

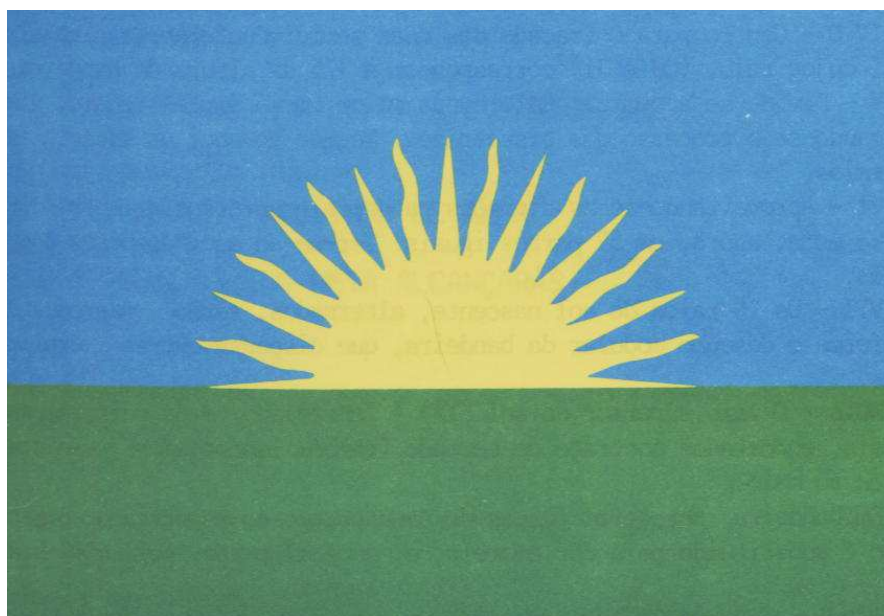
Em 07 de julho de 1980, foi criado o distrito de Marajó e anexado ao município de Nova Aurora pela Lei Estadual nº 7.343, ficando o Município constituído por três distritos: Nova Aurora, Marajó e Palmitópolis e assim permanecendo até o presente momento.

Entre 1970 e 1980, Nova Aurora presenciou um grande aumento da população da sua sede, porém devido às consequências da política agrícola, perdeu parcela da sua população para os centros regionais e outras fronteiras agrícolas.

Atualmente (2015), fazem parte da paisagem territorial além dos três distritos administrativos, as comunidades de Palmital, São Sebastião, Santa Inês, Universo, São José, São João, Alto Alegre, São Jorge, Santa Luzia, Anta Gorda, Alto Iguaçuinho, Melissa, Padre Feijó, Alto Farroupilha, São Paulo e Três Vendas.

A Bandeira Municipal e o Brasão de Armas Municipal foram criados na administração de Adevíno Luiz de Oliveira, por meio da Lei Municipal nº 144, de 19 junho de 1975.

A Bandeira do município de Nova Aurora, de forma retangular com a maior dimensão no sentido horizontal, é desenhada na proporção de 14 módulos de altura por 20 módulos de comprimento.



**Figura 3.** Bandeira do Município

Fonte: Prefeitura. Consulta no [site www.novaaurora.pr.gov.br](http://www.novaaurora.pr.gov.br), maio de 2015.

O campo retangular da Bandeira é cortado por duas faixas desiguais, havendo na superior (a maior), em azul-celeste, um sol, nascente e radiante, centrado, com 16 raios, dos quais 8 são lanceolados, e 8 famígeros, alternados, tudo em

amarelo-ouro e, na parte inferior e menor, o campo retangular é todo em cor verde-primavera.

O verde-primavera, na faixa inferior da Bandeira, simboliza as grandes e verdejantes regiões paranaenses, hoje quase totalmente ocupadas por imensas plantações de soja outras lavouras que sustentam a economia dos municípios ai existentes. O azul-celeste, na faixa superior, representa o característico colorido do céu ao raiar de um novo dia. O sol, nascente e cintilante, simboliza uma nova aurora e lembra o topônimo dado ao Município.

O Brasão de Armas do município de Nova aurora compõe-se de um formato “samnítico” (ou francês moderno), cortado de blau (azul) parte superior e maior e de sinopia (verde) parte inferior menor. Na parte superior, figurando um sol, nascente e radiante, centrado com 15 raios, dos quais 8 são lanceolados e 8 flamígeros, alternados, tudo de ouro. Na parte inferior, correspondente ao “contra-chefe”, todo o campo é em esmalte sinopla (verde). O chefe, em esmalte “goles” (vermelho), é carregado, no centro de um besante de prata, no qual se figura um cajado com, uma bilha de barro para água, ambos em sua cor, quatro estrelas de cinco pontas em metal prata, são postas equidistantemente, em faixa, no chefe, duas a destra, duas a sinistra, todas do mesmo tamanho, com uma ponta em pala.



**Figura 4.** Brasão de Armas do Município

Fonte: Prefeitura. Consulta no *site* [www.novaaurora.pr.gov.br](http://www.novaaurora.pr.gov.br), maio de 2015.

Timbrado o escudo e a tocá-lo, é representada a coroa mural, de cinco torres visíveis, em metal privativa de cidades. Com suportes à destra, um ramo de café, frutificado; e a sinistra, um ramo de soja, frutificado, ambos em sua cor, os quais cruzam em aspa, sob o escudo. Num listel de “goles” (vermelho), com as pontas dobradas e terminadas em flâmula, brocante sobre os pés entrelaçados dos dois suportes, vem gravado, em toda sua extensão, o topônimo “NOVA AURORA” em caracteres maiúsculos do tipo “Franklin Gothic”, e em metal prata. Na ponta, à destra, a abreviatura cronológica “11/12/1967”: e, na ponta, à sinistra, outra abreviatura cronológica “11-12-1968”, tudo em metal prata. Adotou-se o escudo de formato “samnítico”, por ser o que mais se adapta as peças honoríficas, permitindo maior harmonia no conjunto e maior amplitude em sua execução.

O cajado (ou bordão de peregrino) e a bilha de barro para água, em sua cor, no

centro de um besante de prata, não atributos de São Roque, e lembra o Santo Padroeiro do Município de Nova Aurora. As quatro estrelas de cinco pontas, do mesmo tamanho, em metal prata, postas equidistantemente em faixa, no chefe, duas a destra e duas a sinistra, evocam os quatro fundadores do município, todos pertencentes ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização: Arcolino Valcarengue, Atilio Mezonni, Fernando Esser e Adisio Figueiredo dos Santos.

O Hino Municipal foi instituído pela Lei nº 1138/06, revogando a Lei nº 078, de 15 de junho de 1972, do hino anterior. A letra e a música foram compostas por Sebastião Lima:

*Quando outrora era agreste e sertão  
Pioneiros de fibra e valor  
Revolveram estas glebas de chão  
Visionários de um grande esplendor  
No planalto tão verde e formoso  
A clareira se fez dominar  
Ressurgiu no rincão grandioso  
Nova Aurora, meu querido lar.  
(Estribilho)*

*O soja, o milho, o trigo e o algodão.  
Deste rico solo a eclodir  
Faz pulsar mais forte o coração  
Do teu filho feliz a sorrir  
Nova Aurora querido recanto  
Outro igual asseguro não há  
És colmeia de paz e encanto  
No oeste do meu Paraná.  
No seu simples e ingênuo rolar  
Oferenda da mãe natureza  
Piquiri num constante irrigar  
É um cenário de rara beleza  
És São Roque o excelso padroeiro  
Que abençoa e protege nossa gente  
Eu saúdo teu valente pioneiro  
Que aqui plantou o marco esplendente.*

### **3. ASPECTOS POPULACIONAIS**

O Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD de 1991 e 2000 acusa que a taxa de urbanização no Município cresceu 23,01%, passando de 54% em 1991 para 66,42% em 2000.

No cenário geral, verifica-se que no período 1991 a 2000, a população de Nova Aurora teve uma taxa média de crescimento anual de -1,46%, passando de 15.494 habitantes, em 1991, para 13.641 habitantes em 2000. Este fato evidencia que Nova Aurora perdeu um total de 1.853 habitantes em nove anos, uma média de 206 pessoas ao ano.

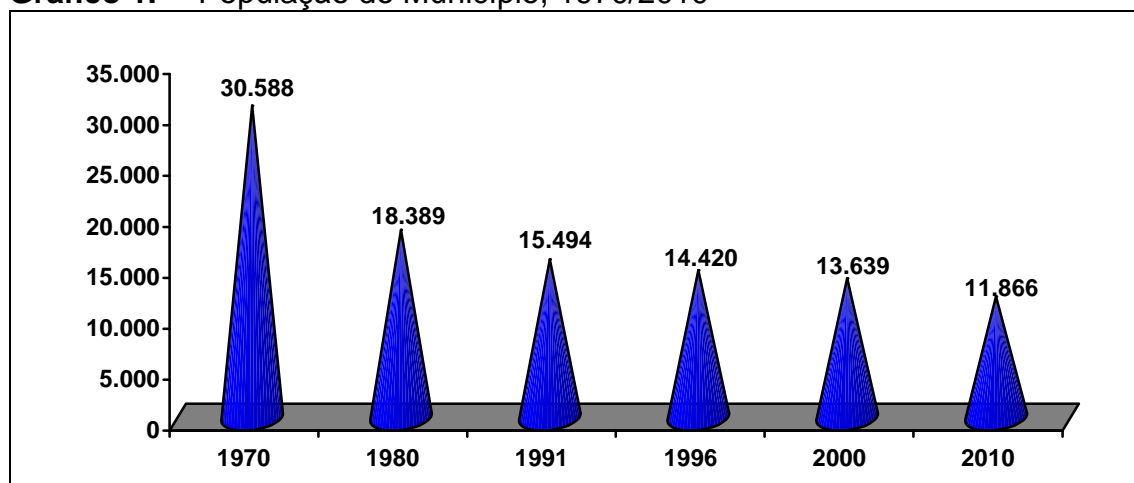
Neste contexto, nota-se que Nova Aurora não consegue obter taxas de crescimento total positivo por causa das migrações para outros centros com fluxo populacional maior.

**Tabela 1.** População do Município e variações percentuais, 1970/2010

Ano/Censo	1970	1980	1991	1996	2000	2010
População	30.588	18.389	15.494	14.420	13.639	11.866
Variação	-	- 39,89	-15,75	-6,94	-5,42	-

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

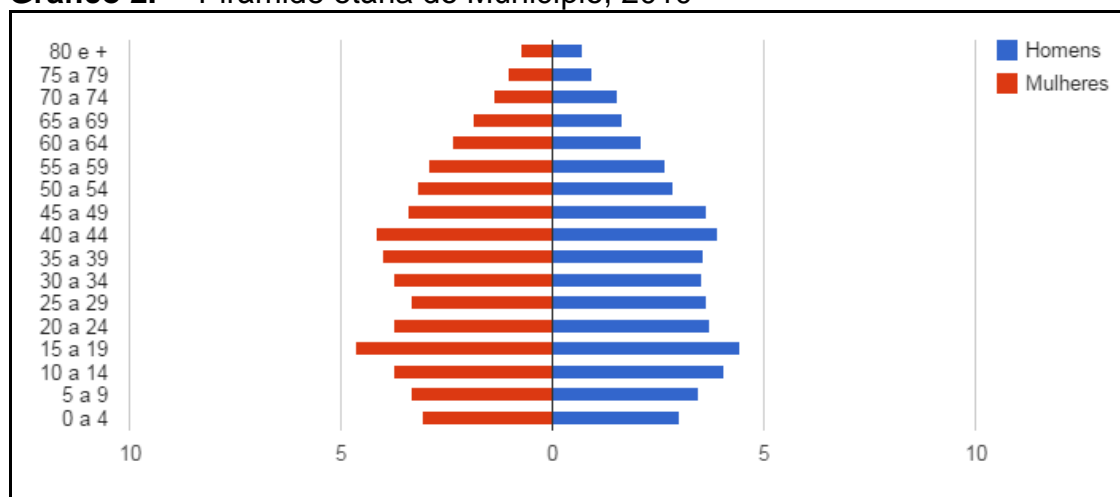
**Gráfico 1.** População do Município, 1970/2010



Fonte: IBGE – Censos, estimativas e contagem da população.

Em 2010, a população do Município, de acordo com o IBGE, era de 11.866 habitantes. Segundo o censo daquele ano, 5.828 habitantes eram homens e 6 038 habitantes mulheres. Ainda segundo o mesmo censo, 9.040 habitantes viviam na zona urbana e 2.826 na zona rural.

**Gráfico 2.** Pirâmide etária do Município, 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Acesso no site [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/nova-aurora\\_pr](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-aurora_pr), junho de 2015.

Segundo estatísticas divulgadas em 2013, a população municipal era de 11.659 habitantes, sendo o 159º mais populoso do Estado. Da população total em 2010, 2.420 habitantes (20,39%) tinham menos de 15 anos de idade, 8.270

habitantes (69,69%) tinham de 15 a 64 anos e 1.176 pessoas (9,91%) possuíam mais de 65 anos, sendo que a esperança de vida ao nascer era de 75,7 anos e a taxa de fecundidade total por mulher era de 1,8.

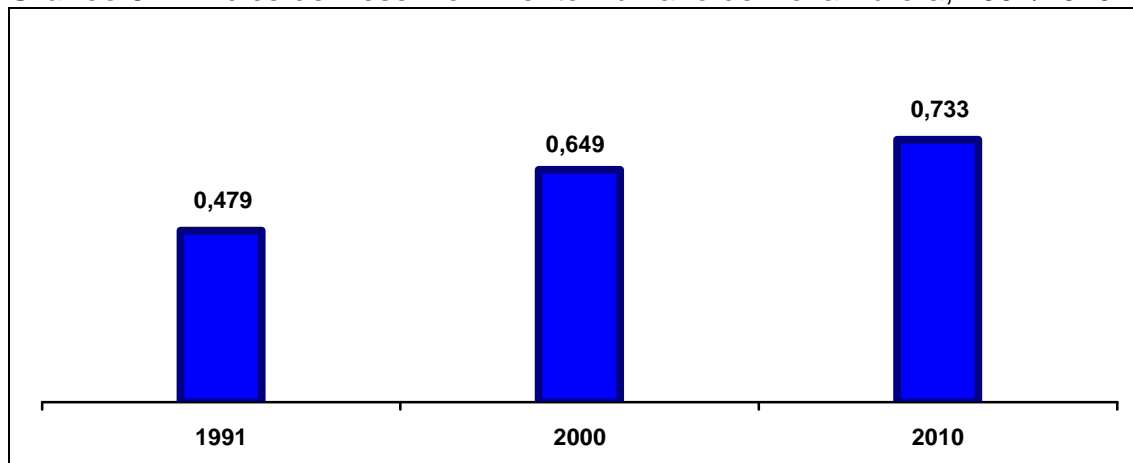
Em 2010, a população nova-aurorense era composta por 7.966 brancos (67,13%), 312 negros (2,63%), 137 amarelos (1,15), 3.439 pardos (28,98%) e 12 indígenas (0,1%). Considerando-se a região de nascimento, 10.122 eram nascidos no Sul (85,30%), 48 na Região Norte (0,40%), 276 no Nordeste (2,32%), 62 no Centro-Oeste (0,52%) e 1.202 no Sudeste (10,13%); 9.612 habitantes eram naturais do Estado do Paraná (81,0%) e desse total, 6.458 eram nascidos em Nova Aurora (54,43%). Entre os 2.254 naturais de outras unidades da federação, São Paulo era o estado com maior presença, com 609 pessoas (5,13%), seguido por Minas Gerais, com 438 residentes (3,69%), e por Santa Catarina, com 369 habitantes residentes no Município (3,11%).

De acordo com dados do censo de 2010 realizado pelo IBGE, a população de Nova Aurora está composta por: 10 118 católicos (85,26%), 1.409 evangélicos (11,87%), 209 pessoas sem religião (1,76%), 22 espíritas (0,18%) e 0,93% estão divididos entre outras religiões.

#### 4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Nova Aurora é 0,733, em 2010, o que situa o Município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do Município é Longevidade, com índice de 0,844, seguida de Renda, com índice de 0,726, e de Educação, com índice de 0,642.

**Gráfico 3.** Índice de Desenvolvimento Humano de Nova Aurora, 1991/2010



Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos. Dezembro de 2014.

O IDHM passou de 0,479 em 1991 para 0,649 em 2000, uma taxa de crescimento de 35,49%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 67,37% entre 1991 e 2000.

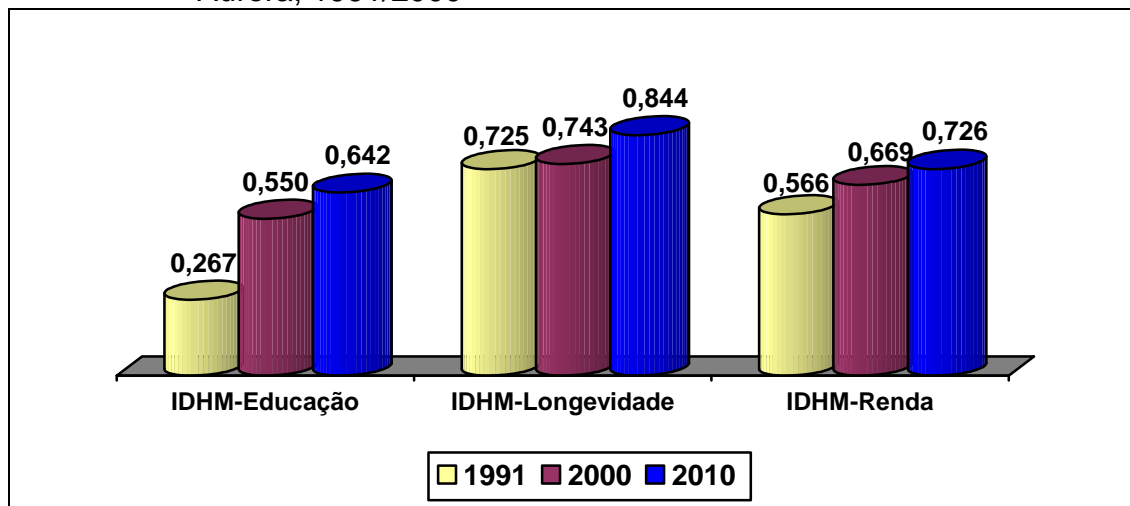
Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,283), seguida por Renda e por Longevidade.



O IDHM passou de 0,649 em 2000 para 0,733 em 2010, uma taxa de crescimento de 12,94%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do Município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 76,07% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Longevidade (com crescimento de 0,101), seguida por Educação e por Renda.

**Gráfico 4.** Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano de Nova Aurora, 1991/2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.) Acesso no site <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking>. Elaborado pela Consultoria.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Nova Aurora é um dos maiores de sua microrregião, com importante participação da agropecuária e do setor de prestação de serviços. De acordo com dados do IBGE, relativos a 2011, o PIB do Município era de R\$ 239.124 mil; 16.518 mil eram de impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes e o PIB per capita era de R\$ 20.385,67. Em 2010, 64,43% da população maior de 18 anos era economicamente ativa, enquanto que a taxa de desocupação era de 3,48%.

Segundo o IBGE, 62,52% das residências sobreviviam com menos de salário mínimo mensal por morador (2.405 domicílios), 30,31% sobreviviam com entre um e três salários mínimos para cada pessoa (1.066 domicílios), 2,91% recebiam entre três e cinco salários (112 domicílios), 1,48% tinham rendimento mensal acima de cinco salários mínimos (57 domicílios) e 2,76% não tinham rendimento (106 domicílios).

Em 2011, de todo o PIB da cidade, 77.114 mil reais era o valor adicionado bruto da agropecuária, enquanto que em 2010, 31,83% da população economicamente ativa do Município estava ocupada no setor.

Segundo o IBGE, em 2012 o Município possuía um rebanho de 13.149 bovinos, sete bubalinos, 441 caprinos, 83 equinos, 1.050 ovinos, 28.709 suínos e 4.138.813 aves, entre estas 239.098 galinhas, 3.898.025 galos, frangos e pintinhos e 1.690 codornas. Neste mesmo ano, a cidade produziu 4.433 mil litros de leite de 1.783 vacas, 4.746 mil dúzias de ovos de galinha, 21 mil dúzias de ovos de codorna, 850 quilos de lã de 420 ovinos tosquiados e 8.500

quilos de mel de abelha. Também há considerável presença da piscicultura. (Wikipédia, 2015).

Na lavoura temporária, são produzidos principalmente o milho (167.695 toneladas produzidas e 30 mil hectares cultivados), a soja (77.114 toneladas e 30.911 hectares) e a cana de açúcar (11.400 toneladas e 190 hectares), além do abacaxi, alho, amendoim, arroz, batata doce, ervilha, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão, tomate e trigo. Já na lavoura permanente, destacam-se a tangerina (380 toneladas produzidas e 17 hectares cultivados), o abacate (250 toneladas produzidas e dez hectares cultivados) e a uva (248 toneladas e 20 hectares), além da banana, café, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá e pêssego (Wikipédia, 2015).

A produção industrial é resumida principalmente à agroindústria e à extração de madeira, com presença em pequena escala de estabelecimentos de indústria têxtil, indústria de produtos minerais não metálicos, indústria metalúrgica, indústria do papel, papelão, editorial e gráfica, indústria da borracha, fumo, couros e peles.

Em 2012, de acordo com o IBGE, foram extraídos 19.200 m<sup>3</sup> de madeira em lenha e 2.720 m<sup>3</sup> de madeira em toras e segundo estatísticas do ano de 2010, 0,09% dos trabalhadores de Nova Aurora estavam ocupados no setor industrial extrativo e 10,14% na indústria de transformação (Wikipédia, 2015).

Também em 2010, 6,49% da população ocupada estava empregada no setor de construção, 0,58% nos setores de utilidade pública, 11,77% no comércio e 27,88% no setor de serviços e em 2011, 132.15 reais do PIB municipal eram do valor adicionado bruto do setor terciário.

Na Feira do Produtor Rural, a chamada "Feirinha", no centro de Nova Aurora, são comercializados produtos confeccionados e produzidos pelos pequenos produtores do Município que são associados à Associação de Pequenos Produtores Rurais de Nova Aurora, fundada em 21 de julho de 1999.

## **5. ASPECTOS CULTURAIS**

Nova Aurora conta com uma Secretaria Municipal que atua exclusivamente como órgão gestor da cultura no Município. Dentre os espaços culturais, destaca-se a existência de uma biblioteca mantida pelo poder público municipal, um estádio, um ginásio poliesportivo, centro cultural, clubes e associações recreativas. Há duas academias onde uma delas desenvolve aulas de Balé e as escolinhas de futebol e voleibol.

O artesanato também é uma das formas mais espontâneas da expressão cultural nova-aurorense, sendo que, segundo o IBGE, as principais atividades artesanais desenvolvidas no Município são o bordado e trabalhos produzidos com madeira e materiais reciclados. A culinária se faz presente, destacando-se em relação à produção de queijos e outros derivados do leite, produtos envolvendo mel e doces e biscoitos caseiros.

O Centro Cultural de Nova Aurora foi construído em 1982 e reinaugurado em

setembro de 2007, sendo o principal ponto de realizações de reuniões, palestras, seminários e eventos comunitários. A Casa da Cultura foi construída em 1982, e reinaugurada em setembro de 2007, sendo utilizado até o ano de 2014 pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e que atualmente está sendo utilizado como auditório da Câmara Municipal de Nova Aurora e pelo Fórum.

As festividades do aniversário da cidade, comemorada em 25 de setembro, tem na programação atividades como o corte do bolo, o desfile das entidades do Município, o dia da cidadania, o tradicional almoço da Tilápia (almoço a base de peixe). Além do dia 25 de setembro, também é feriado no Município, o dia 16 de agosto, em comemoração ao Padroeiro da cidade São Roque.

Em relação aos atrativos naturais, o Município conta com uma série de propriedades rurais que em conjunto formam um roteiro turístico, o chamado Circuito do Sol. Seu complexo engloba diversas trilhas, museu rural, orquidário e cachoeiras, além da culinária caseira. Destacam-se o Pesque-pague Parque Sandri; o Recanto das Pedras Veraneio, com trilhas, área para pesca, toboágua e quiosques; e o Recanto Roecker, que possui trilhas ecológicas, além de abrigar o museu rural e orquidário. Para desvendar estas trilhas o Município tem participado da Caminhada Internacional da Natureza.

## **6. ASPECTOS EDUCACIONAIS**

Os aspectos educacionais iniciaram com o desenvolvimento das áreas agrícolas do município. O setor rural desenvolvia-se e a população necessitava que os filhos recebessem a educação escolar, surgindo na zona rural pela sua grande extensão as escolas municipais e estaduais nas comunidades maiores, sendo escolas rurais multisseriadas e que funcionavam nos períodos matutino e vespertino, pelo grande número de alunos existentes.

Com o passar dos anos, houve a mecanização, o êxodo rural e a mudança das pessoas da zona rural para a zona urbana, mudando o cenário do município de Nova Aurora, fazendo com que as escolas rurais municipais fossem sendo cessadas. Com isso, os alunos passaram a ser atendidos nos distritos de Marajó e Palmitópolis que possuem excelentes escolas em dualidade com o Estado; e na sede no município de Nova Aurora, sendo atendidos pelo transporte escolar.

Com a medida de centralizar as escolas na sede, percebeu-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), vem crescendo anualmente, demonstrando que os investimentos em formação continuada e na educação estão atingindo os resultados esperados.

Atualmente (2015), existem 13 instituições de ensino que ofertam a educação básica em Nova Aurora, como mostram os dados da tabela a seguir.

**Tabela 2.** Instituições de ensino existentes no Município, 2015

Instituição de Ensino	Localização	Prédio	
		Ano da Construção	Situação
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz	Centro	1986	PRO
Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Ribeiro Dias	Distrito	1999	PRO
Centro Municipal de Educação Infantil Padre Palmiro Finato	Bairro	2013	PRO
Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Cidadão	Centro	2003	AL
Colégio Estadual do Campo Pedro Viriato Parigot de Souza – Ensino Fundamental e Médio	Distrito Marajó	1973	CO
Colégio Estadual do Campo Wenceslau Brás – Ensino Fundamental e Médio	Distrito Palmitópolis	1973	CO
Colégio Estadual Machado de Assis – Ensino Fundamental e Médio Profissionalizante	Centro	1968	CO
Escola Estadual Jorge Nacli – Ensino Fundamental	Centro	1967	PRO
Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Distrito Palmitópolis	1973	CO
Escola Municipal Eugênio Mezzon – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Centro	1986	PRO
Escola Municipal Fernando Esser – Ensino Fundamental	Centro	1968	CO
Escola Municipal José Henrique da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Distrito Marajó	1973	CO
Escola Municipal Santos Dumont – Ensino Fundamental	Centro	1978	PRO
Escola Novo Amanhecer – Educação Infantil e Ensino Fundamental na modalidade de Educação Especial	Centro	1992	CO

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, maio de 2015.

Legenda: CO – Compartilhado; AL – Alugado; CE – Cedido; PRO – Próprio.

As escolas Fernando Esser, Custódia Colbacho Tragueta (Distrito de Palmitópolis) e José Henrique da Silva (Distrito de Marajó), que antes de 1992, pertenciam à rede estadual, foram municipalizadas em 2008, passando a compartilhar o espaço físico com outras instituições de ensino do Estado:

- A Escola Municipal Fernando Esser compartilha o espaço físico com o Colégio Estadual Machado de Assis;
- A Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta com o Colégio Estadual do Campo Wenceslau Brás;
- A Escola Municipal José Henrique da Silva com o Colégio Estadual do Campo Pedro Viriato Parigot de Souza.

### III - DIAGNÓSTICOS

#### 1. EDUCAÇÃO INFANTIL

##### 1.1 Atendimento

A educação infantil, primeira etapa da educação básica é ofertada por sete instituições de ensino da rede municipal: quatro centros municipais de educação infantil (CMEI) e três escolas municipais. Destas, somente três ofertam a educação infantil em tempo integral.

**Tabela 1.1.** Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Número de vagas oferecidas	Demanda reprimida
	0 a 3 anos	4 a 5 anos			
CMEI Pequeno Cidadão	--	85	Matutino	100	--
	--	106	Vespertino	100	--
CMEI Criança Feliz	95	45	Integral	--	42
CMEI Padre Palmiro Finato	74	--	Integral	74	38
	--	14	Matutino	20	--
	--	17	Vespertino	20	--
CMEI Domingos Ribeiro Dias	20	--	Integral	20	--
Escola Municipal Eugênio Mezzon - Educação Infantil e Ensino Fundamental	--	19	Vespertino	25	--
Escola Municipal José Henrique da Silva - Educação Infantil e Ensino Fundamental	--	13	Vespertino	20	--
Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta - Educação Infantil e Ensino Fundamental	--	20	Vespertino	25	--

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Instituições de Ensino, maio de 2015.

**Tabela 1.2.** Evolução das matrículas da educação infantil, 2011 – 2015

Faixa etária	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
0 a 3 anos	M	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	V	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	I	128	04	139	04	202	08	184	10	189	11
<b>Total - 0 a 3 anos</b>		<b>128</b>	<b>04</b>	<b>139</b>	<b>04</b>	<b>202</b>	<b>08</b>	<b>167</b>	<b>10</b>	<b>189</b>	<b>11</b>
4 a 5 anos	M	52	03	85	06	107	07	111	08	99	08
	V	194	12	238	15	248	14	266	15	175	14
	I	10	01	12	01	13	01	--	--	45	02
<b>Total - 4 a 5 anos</b>		<b>256</b>	<b>16</b>	<b>335</b>	<b>22</b>	<b>368</b>	<b>22</b>	<b>377</b>	<b>23</b>	<b>319</b>	<b>24</b>
<b>Total</b>		<b>384</b>	<b>20</b>	<b>474</b>	<b>26</b>	<b>570</b>	<b>30</b>	<b>544</b>	<b>33</b>	<b>508</b>	<b>35</b>

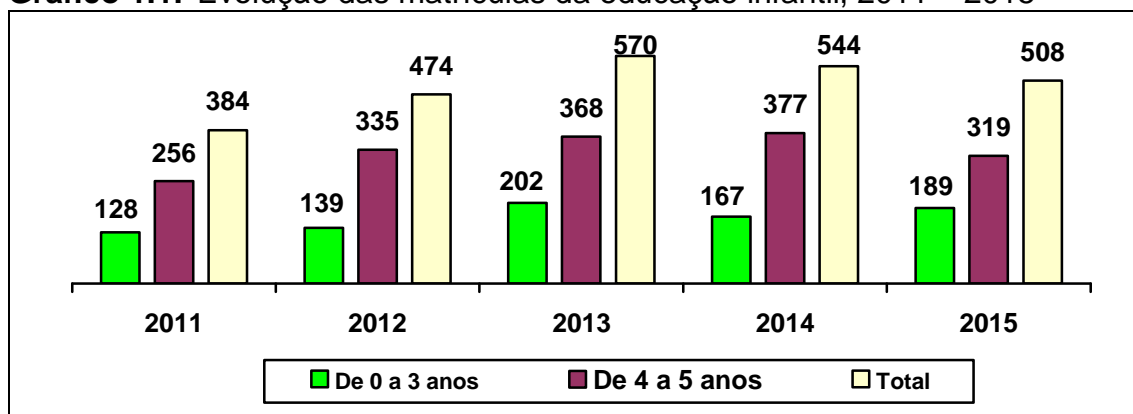
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Instituições de Ensino, maio de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

Mesmo com a ampliação das matrículas na educação infantil, a falta de espaço gera uma lista de espera em 2015, de 80 crianças: 49 no berçário, 27 no maternal I, três no maternal II, e uma no Pré I.

As matrículas são realizadas por ordem de chegada e durante o ano letivo, caso surja vaga, a prioridade é para as crianças com vulnerabilidade social ou que tenham sido encaminhadas via promotor.

**Gráfico 1.1.** Evolução das matrículas da educação infantil, 2011 – 2015



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Instituições de Ensino, maio de 2015.

## 1.2 Infraestrutura

A maioria das instituições possuem mobiliários adaptados, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos que atendem as exigências de nutrição, saúde, higiene, segurança e espaço para refeitório.

**Tabela 1.3.** Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

Descrição do Prédio	Instituições que possuem o item relacionado	
	Total	%
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	04	57%
Sala de direção	02	29%
Sala de equipe pedagógica	02	29%
Sala de professores	06	86%
Sala de leitura/biblioteca/computação	03	43%
Refeitório	05	71%
Copa/Cozinha	07	100%
Parque Infantil	07	100%
Pátio coberto (creche) / Quadra coberta (pré-escola)	04	57%
Banheiro de funcionários/professores	07	100%
Banheiro de crianças/alunos	07	100%
Sala de depósito	07	100%
Sala de TV/DVD	03	43%
Berçário (creche)	03	43%
Lactário (creche)	02	29%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Instituições de Ensino, maio de 2015.

**Tabela 1.4.** Equipamentos e materiais permanentes das instituições que oferecem a educação infantil, 2015

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado
Colchonetes	7
Conjunto de brinquedos para parquinho	7
Congelador/Freezer	7
Refrigerador/Geladeira	7
Fogão comum para lactário (creche)	2
Fogão industrial	7
Liquidificador	7
Botijão de gás	7
Enciclopédias	5
Dicionários	6
Literatura Infantil	7
Material complementar de apoio pedagógico	7
Projutor	5
Tela para projeção	1
Televisor	7
DVD	7
Suporte para TV e DVD	5
Máquina fotográfica	7
Aparelho de CD e rádio	7
Computador para administração/docentes	7
Impressora	6
Copiadora multifuncional	4
Guilhotina de papel	6
Mobiliário infantil	5
Arquivo de aço	6
Mesa de reunião	5
Mesa para refeitório	6
Estantes para biblioteca	6
Berços e colchões (creche)	3
Banheira com suporte (creche)	2
Quadro para sala	7
Bebedouro	7
Máquina de lavar roupa	5
Secadora	2
Telefone	7
Ar condicionado nas salas (de atividades ou de aula)	3
Circulador de ar ou ventilador nas salas (de atividades ou de aula)	7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Instituições de Ensino, maio de 2015.

Entre as sete instituições, três utilizam as salas de aula para outras funções:

- CMEI Pequeno Cidadão, o lanche é servido nas salas de aula por não possuir refeitório;
- Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta, funciona em dualidade com a rede estadual e nos períodos matutino e noturno os espaços são

- utilizados pelos alunos do ensino fundamental dos anos finais e ensino médio;
- Escola Municipal José Henrique da Silva, funciona em dualidade com a rede estadual. Uma sala de aula e a quadra esportiva são usadas uma vez por semana para aulas de espanhol e atividades físicas com alunos da rede estadual de ensino;
  - CMEI Domingos Ribeiro Dias, uma sala de atividades foi cedida para implantação do Telecentro de informática.

### 1.3 Recursos Humanos

Na rede municipal de ensino, 76,86% dos docentes que atuam na educação infantil possuem a formação em nível superior. Quanto aos demais servidores, 13,8% ainda não possuem o ensino fundamental completo (tabela 1.5).

Além do quadro funcional mostrado na tabela 1.5, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura possui uma equipe multidisciplinar formada por psicóloga, fonoaudióloga, avaliadora e nutricionista, que oferece atendimento nestas áreas, para todos os alunos que necessitam.

**Tabela 1.5.** Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP I	SUP C	ESP	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	-	08	08
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	-	12	12
Professor de Educação Infantil	-	-	-	04	-	10	24	38
Estagiário	-	-	04	-	16	-	01	21
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	-	-	01	01
Merendeira	02	03	07	-	01	01	01	15
Zeladora	07	09	08	-	-	01	-	25
Guarda-noturno	-	-	01	-	-	-	-	01
Padeiro	-	-	01	-	-	-	-	01
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>04</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>47</b>	<b>123</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Instituições de Ensino, maio de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP I – Superior Incompleto; SUP C – Superior Completo; ESP – Especialização.

### 1.4 Considerações Finais

Os avanços conquistados nesta etapa de ensino, de acordo com levantamento realizado nas instituições de ensino são: profissionais especializados; oferta de cursos e capacitações; melhoria nos materiais didáticos e pedagógicos; melhorias nos parques infantis e brinquedos; merenda de qualidade; cumprimento da Deliberação nº 01/2014, 11 de março de 2014, do Conselho Estadual de Educação, que dentre vários pontos determina o número de alunos por turma, priorizando o cuidar e educar; conquista do aumento da hora atividade, inclusive para professores que atuam seis horas por dia.



Os principais problemas detectados nesta etapa de ensino na rede municipal são: falta de espaço físico adequado e exclusivo para a educação infantil; falta de assiduidade de alguns alunos matriculados; falta de compromisso de alguns pais; falta de profissionais como auxiliar de sala e monitores; dificuldade de enviar e receber documentos devido a distância entre a instituição localizada no distrito e a sede.

Como ações prioritárias para que o atendimento nesta etapa de ensino, na rede municipal, possa ser de qualidade, foram elencadas: centralização da educação infantil; melhorias e ampliação nos espaços físicos e também construção de prédio próprio para o CMEI Pequeno Cidadão; ampliação do número de professores, auxiliares e serviços gerais; elaboração do Plano de Carreira para os professores de 30 horas, bem como a reformulação do Plano de Carreira dos profissionais do magistério; valorização dos professores de educação infantil em relação à comunidade.

## 2. ENSINO FUNDAMENTAL

### 2.1 Atendimento

O ensino fundamental é ofertado por oito instituições de ensino, dos quais cinco pertencem à rede municipal e três à rede estadual. Destas, quatro estão localizadas na zona urbana do Município, duas no Distrito de Palmitópolis e duas no Distrito de Marajó. Ao todo, encontram-se matriculados no ensino fundamental 1.452 alunos: 787 nos anos iniciais e 665 nos anos finais.

**Tabela 2.1.** Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos		Turnos
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Escola Municipal Eugênio Mezzon	95	-	M
Escola Municipal Eugênio Mezzon	121	-	V
Escola Municipal Santos Dumont	111	-	M
Escola Municipal Santos Dumont	127	-	V
Escola Municipal Fernando Esser	83	-	M
Escola Municipal Fernando Esser	136	-	V
Escola Municipal José Henrique da Silva	51	-	V
Escola Municipal Custódia Colbacho Traqueta	63	-	V
Colégio Estadual do Campo Wenceslau Brás	-	89	M
Colégio Estadual Pedro Viriato Parigot de Souza	-	55	M
Escola Estadual Jorge Nacli	-	303	M
Escola Estadual Jorge Nacli	-	218	V

Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno; I – Integral.

**Tabela 2.2.** Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (anos iniciais)	M	290	16	294	14	321	14	303	14	289	14
	V	570	29	560	25	509	26	525	26	498	24
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total – Rede Municipal</b>		<b>860</b>	<b>45</b>	<b>854</b>	<b>39</b>	<b>830</b>	<b>40</b>	<b>828</b>	<b>40</b>	<b>787</b>	<b>38</b>
Estadual (anos finais)	M	398	18	392	18	409	18	428	18	447	18
	V	288	10	270	11	247	10	203	09	218	08
	N	51	03	36	02	38	02	22	01	-	-
<b>Total – Rede Estadual</b>		<b>737</b>	<b>31</b>	<b>698</b>	<b>31</b>	<b>694</b>	<b>30</b>	<b>653</b>	<b>28</b>	<b>665</b>	<b>26</b>
<b>Total Geral</b>		<b>1.597</b>	<b>76</b>	<b>1.628</b>	<b>70</b>	<b>1.524</b>	<b>70</b>	<b>1.551</b>	<b>68</b>	<b>1.452</b>	<b>64</b>

Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral; N – Noturno.

## 2.2 Recursos humanos

Nas instituições municipais que ofertam o ensino fundamental, trabalha um contingente de 116 pessoas, destas 75 são profissionais do magistério, atuando na docência e no suporte pedagógico e 41 em serviços gerais, administrativos e de apoio escolar.

Quanto à formação, 11% possuem o ensino fundamental incompleto; 7% o ensino fundamental completo; 18% o ensino médio (regular e normal); 3% a graduação; 60% a pós-graduação *lato sensu* e 1% (ou seja, uma pessoa) a pós-graduação *stricto sensu*.

**Tabela 2.3.** Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	07	-	07
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	11	-	11
Docência (20 horas)	-	-	-	03	02	51	01	57
Secretário Escolar	-	-	01	-	01	-	-	02
Auxiliar Administrativo	-	-	01	-	-	01	-	02
Bibliotecário	-	-	01	-	-	-	-	01
Merendeira	02	01	-	-	-	-	-	03
Auxiliar de Serviços Gerais	01	01	01	-	-	-	-	03
Servente	10	06	14	-	-	-	-	30
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>08</b>	<b>18</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>70</b>	<b>01</b>	<b>116</b>

Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Este contingente, em algumas instituições, não é suficiente para a demanda existente. Na Escola Municipal Eugênio Mezzon falta um professor que pudesse ficar à disposição para atender emergências e demais necessidades da instituição. Na Escola Municipal Santos Dumont falta ampliar o atendimento da equipe multidisciplinar. Na Escola Municipal Fernando Esser faltam serventes e auxiliares de serviços gerais. Na Escola Municipal José Henrique da Silva falta secretário e na Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta faltam auxiliares de serviços gerais, bibliotecário e auxiliar administrativo efetivo.

Nas instituições estaduais que ofertam o ensino fundamental, trabalha um contingente de 101 pessoas, destas 75 são profissionais do magistério, atuando na docência e no suporte pedagógico e 26 em serviços gerais, administrativos e de apoio escolar.

Quanto à formação, 4% o ensino fundamental completo; 10% o ensino médio (regular e normal); 3% a graduação e 84% a pós-graduação *lato sensu*.

**Tabela 2.4.** Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Direção (40 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	05	-	05
Docência (20 horas)	-	-	-	-	43	-	43
Docência (40 horas)	-	-	-	-	15	-	15
Docência (PSS)	-	-	-	01	08	-	09
Secretário Escolar	-	-	-	-	03	-	03
Auxiliar Administrativo	-	-	01	-	04	-	05
Bibliotecário	-	-	-	-	01	-	01
Merendeira	-	01	01	01	01	-	04
Auxiliar de Serviços Gerais	-	03	03	-	-	-	06
Servente	-	-	05	01	01	-	07
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>04</b>	<b>10</b>	<b>03</b>	<b>85</b>	<b>-</b>	<b>101</b>

Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

No Colégio Estadual do Campo Wenceslau Brás faltam servidores para atuar nas funções de serviços gerais e bibliotecário e na Escola Estadual Jorge Nacli, falta auxiliar de pátio e serventes.

### 2.3. Desempenho dos Alunos

Quanto ao desempenho dos alunos do ensino fundamental, a rede municipal de ensino, obteve uma pontuação altíssima em 2013, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ultrapassando inclusive a meta prevista somente para 2021.

Já na rede estadual, o desempenho melhorou em comparação com o ano de 2011, porém sem alcançar a meta projetada para 2013.

De acordo com os profissionais da Escola Municipal Eugênio Mezzon, o bom desempenho dos alunos é resultado de várias ações, destacando-se: a oferta de cursos por parte da mantenedora com o objetivo de interpretar os descritores da Prova Brasil; apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em relação ao material utilizado com os alunos; e o trabalho em equipe feito por todos os profissionais da educação.

Na Escola Municipal Santos Dumont, destacam-se: investimento, com apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (FNDE/PDE) no ano de 2008, em material didático pedagógico, literatura infantil e outros; cursos oferecidos pelo Município com o intuito de interpretar os descritores da Prova Brasil; apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em relação ao material utilizado com os alunos; e o trabalho em equipe feito por todos os profissionais da educação.

Na Escola Estadual Jorge Nacli, o elevado índice de alunos que evadem da escola colaborou para o baixo IDEB registrado na escola.

**Tabela 2.5.** Rendimento e movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	PERCENTUAIS											
	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Municipal	95,1	4,7	0,2	92,73	7,26	0	93,6	6,4	0	93,6	6,1	0
Estadual	79,1	15,4	1,6	82,4	15,6	1,7	82,4	15,7	1,6	86,6	10,9	2,3

Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

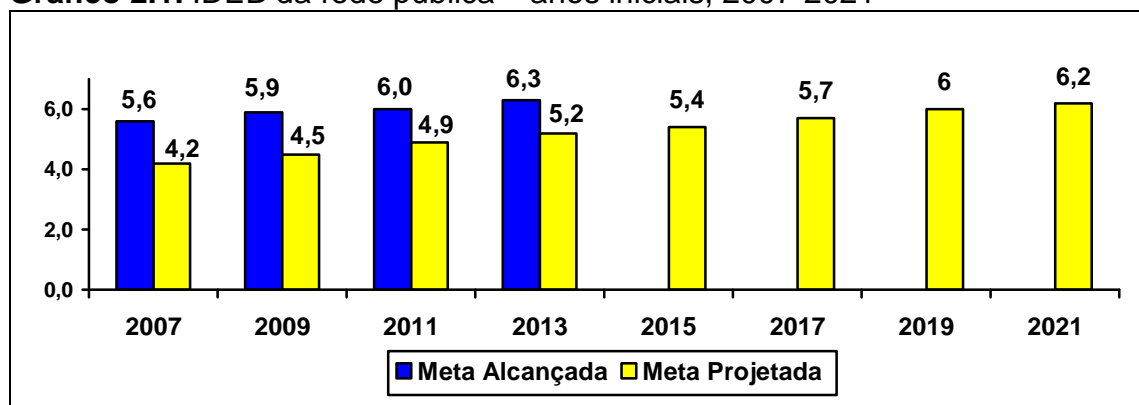
Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

**Tabela 2.6.** Resultados do IDEB no Ensino Fundamental e as metas previstas, 2007-2021

Rede de Ensino	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Municipal	4.1	5.6	5.9	6.0	<b>6.3</b>	4.2	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2
Estadual	3.4	4.3	4.0	3.7	<b>3.9</b>	3.5	3.6	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.4

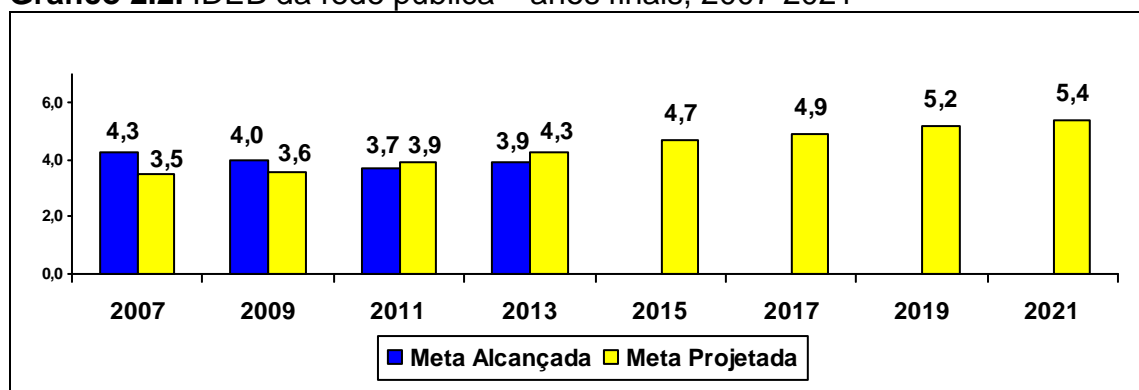
Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

**Gráfico 2.1.** IDEB da rede pública – anos iniciais, 2007-2021



Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015. Elaborado pela Consultoria.

**Gráfico 2.2.** IDEB da rede pública – anos finais, 2007-2021



Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015. Elaborado pela Consultoria.

## 2.4 Considerações Finais

De acordo com levantamento realizado nas instituições de ensino da rede municipal, foram elencados pelos profissionais que atuam com o ensino fundamental, os avanços, os principais problemas encontrados nesta etapa de ensino e as possíveis ações que podem ser implementadas visando amenizar ou acabar com os problemas relatados.

Avanços: melhoria da estrutura física das escolas; trabalho da equipe multidisciplinar e equipe de apoio; a oferta das capacitações; uso de novas tecnologias; aplicação de avaliações contínuas e somativas; ampliação da hora atividade; acesso e diversificação do material didático e de qualidade; separação do 1º ano (sem multisseriar); uso da internet na escola; oferta de merenda balanceada acompanhada de nutricionista; adesão e sucesso nos programas e projetos desenvolvidos; relevância nos resultados das aprovações e permanência dos alunos da comunidade na escola.

Principais problemas: desestrutura familiar; falta de comprometimento, tanto do aluno quanto da família; excesso de faltas; assistencialismo; Indisciplinas dos alunos desde a idade do ingresso; mudança na quantidade de avaliações (número muito alto); transferência de problemas sociais para a escola, gerando acúmulo de conteúdos na carga horária; alunos imaturos; preocupação na quantidade e não na qualidade; insuficiência do espaço físico das escolas por funcionar em dualidade com a rede estadual e dificuldade de investimento da Prefeitura pelo fato do prédio pertencer ao estado; salas de aula sem estrutura para o verão (abafadas e quentes).

Ações prioritárias: dispor de profissionais como psicólogo e fonoaudiólogo para atendimento nas escolas; instalar ar condicionado nas salas para melhor desempenho dos alunos; viabilizar palestras com profissionais para as famílias; viabilizar momentos de troca de experiências entre professores; planejamento de conteúdos baseados nos livros novos; ofertar cursos de autoestima para funcionários e pais de alunos (comunidade escolar); garantir a diversificação e o acesso ao material didático; extinguir o regime de dualidade das escolas municipais.

Na rede estadual de ensino, também foram realizados levantamentos quanto aos avanços, principais problemas e ações prioritárias.

Avanços: aumento significativo de matrículas no ensino fundamental dos anos finais, especialmente neste ano letivo de 2015; ampliação da hora atividade proporcionando maior tempo ao professor para preparar e aperfeiçoar suas aulas; melhoria dos materiais didáticos, tecnológicos e do transporte escolar; aumento da carga horária das disciplinas de língua portuguesa e matemática; 100% dos professores concursados com especialização.

Principais problemas: alunos repetentes, aumentando a distorção idade-série; dificuldades na manutenção dos laboratórios de informática; falta de disciplina dos alunos; falta de comprometimento da família; evasão escolar; alunos do sexto ano com elevada defasagem de conteúdo e idade, principalmente os egressos da classe especial; alunos com sequências de reprovações.

Ações prioritárias: ofertar atendimento especializado ou de apoio pedagógico aos alunos com dificuldade ou defasagem de aprendizagem; dispor de sala de informática funcional; ampliar a interação da família com a escola; maior apoio da entidade mantenedora, dando autonomia à escola; revisão das contratações dos profissionais, para que os mesmos tenham perfil, responsabilidade e comprometimento com a educação; incentivar a produção e o interesse dos alunos buscando metodologias inovadoras para o trabalho do professor; ampliar a participação da família no processo ensino aprendizagem.

### 3. ENSINO MÉDIO

#### 3.1 Oferta

O ensino médio, última etapa da educação básica, é ofertado por três estabelecimentos de ensino mantidos pelo Governo do Estado do Paraná, jurisdicionados ao Núcleo Regional de Educação de Assis Chateaubriand, como mostram os dados da tabela a seguir.

**Tabela 3.1.** Instituições que ofertam o ensino médio, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos		Turnos
	Regular	Profissionalizante	
Colégio Estadual Machado de Assis	343	18	M, V, N
Colégio Estadual do Campo Pedro Viriato Parigot de Souza	13	-	N
Colégio Estadual do Campo Wenceslau Brás	28	-	N

Fonte: Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), maio de 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

O Colégio Estadual Machado de Assis, além do ensino médio regular, oferta dois cursos profissionalizantes: Curso Técnico em Vendas – Integrado e Curso Técnico em Informática – Subsequente.

**Tabela 3.2.** Matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Regular	M	155	06	142	05	168	05	166	06	155	05
	V	119	05	110	05	95	03	90	03	77	03
	N	219	12	232	10	224	10	187	09	152	09
Profissionalizante	M	30	02	44	03	32	03	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	N	41	02	43	02	08	01	73	04	18	02
<b>Total</b>		<b>564</b>	<b>27</b>	<b>571</b>	<b>25</b>	<b>527</b>	<b>22</b>	<b>516</b>	<b>22</b>	<b>402</b>	<b>19</b>

Fonte: SERE, maio de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Não houve ampliação das vagas na educação profissional. O governo estadual estabeleceu o número mínimo de vagas de 35 alunos para abertura de turmas, na qual em municípios como Nova Aurora, torna-se inviável. O número de alunos para abertura de turmas no Município, em geral fica entre 20 e 25 alunos, número este que o governo não autoriza a abertura de novas turmas.

#### 3.2 Rendimento Escolar

A evasão no ensino médio é um dos grandes entraves desta etapa de ensino. Os indicadores de aprovação também não se mostram satisfatórios registrando no período de 2011 a 2014, uma média de 78,75% no ensino médio regular, e 74,77% no ensino médio profissionalizante.



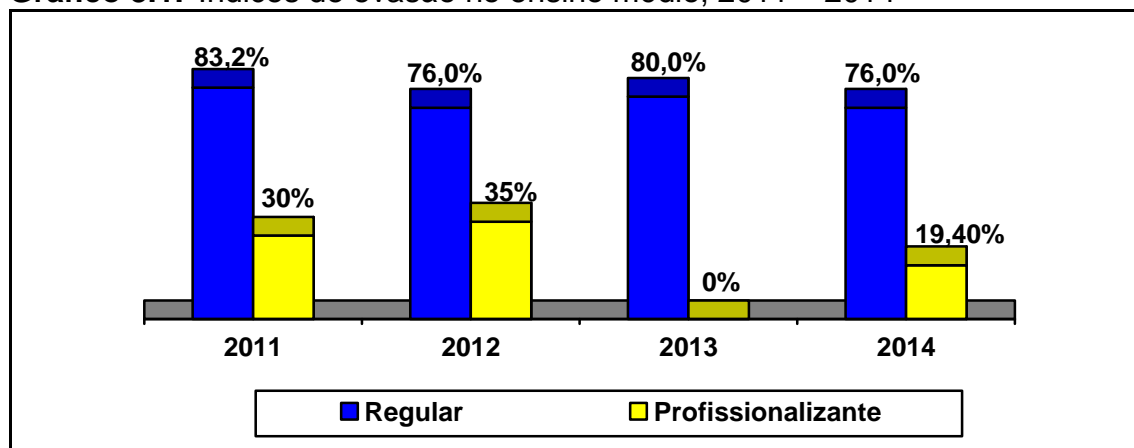
**Tabela 3.3.** Rendimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio, 2011 – 2014

Ensino Médio	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Regular	83,2%	6,8%	10%	76%	12%	12%	80%	8,5%	11,5%	76%	8%	16%
Profissionalizante	67,5%	2,5%	30%	62%	3%	35%	95%	5%	0,0%	74,6%	6%	19,4%

Fonte: SERE, maio de 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

**Gráfico 3.1.** Índices de evasão no ensino médio, 2011 – 2014



Fonte: SERE, maio de 2015.

### 3.3 Recursos Humanos

Ao todo, 94 profissionais trabalham nas instituições de ensino da rede estadual que ofertam o ensino médio. Destes, 84% possuem formação em nível de pós-graduados lato sensu (tabela 3.4).

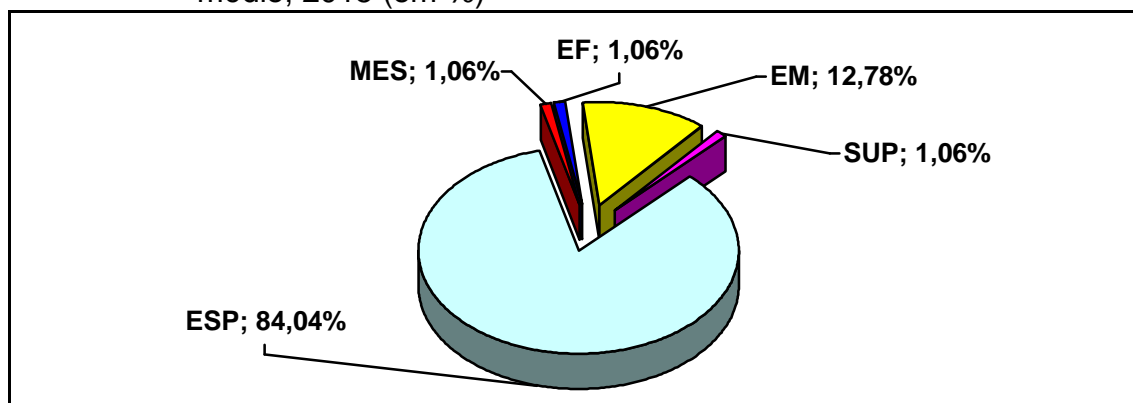
**Tabela 3.4.** Recursos humanos para o atendimento do ensino médio, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	02	01	03
Vice-direção (20 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Professor Pedagogo (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Professor Pedagogo (40 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	-	38	-	38
Docência (40 horas)	-	-	-	-	27	-	27
Secretário Escolar	-	-	-	-	03	-	03
Auxiliar Administrativo	-	-	01	01	04	-	06
Merendeira	-	-	03	-	-	-	03
Auxiliar de Serviços Gerais	-	01	08	-	-	-	09
<b>Total</b>	-	<b>01</b>	<b>12</b>	<b>01</b>	<b>79</b>	<b>01</b>	<b>94</b>

Fonte: SERE, maio de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

**Gráfico 3.2.** Formação dos recursos humanos para o atendimento do ensino médio, 2015 (em %)



Fonte: SERE, maio de 2015.

### 3.4 Considerações Finais

Os avanços sentidos nesta etapa de ensino pelas instituições foram: avanço no que se refere à merenda escolar; atendimento ao transporte escolar; recursos tecnológicos e os recursos provenientes do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI).

Os principais problemas elencados pelos profissionais que atuam nesta etapa de ensino são: falta de comprometimento dos alunos; alto índice de evasão escolar; repetência dos alunos; falta de comprometimento da família na escola e participação dos pais na vida escolar dos filhos; descaso do governo; falta de funcionários como agentes educacionais I e II; falta de recursos e impedimentos burocráticos para aplicação dos recursos do governo; falta de investimento na formação continuada dos professores por área do conhecimento.

Diante deste quadro seriam necessárias medidas como: conscientização dos alunos e da família da importância da escola para a sua inserção no mercado de trabalho; melhoria do trabalho junto às redes de apoio para que pais e responsáveis legais tenham como objetivos modificar os números de evasão escolar; delegar maior autonomia à escola; contratar profissionais que tenham perfil para atuar na educação; ampliar os investimentos nos cursos de formação, por área de atuação dos profissionais.

#### 4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

O município de Nova Aurora conta com a oferta de educação superior na modalidade a distância (EaD).

**Tabela 4.1.** Instituições que ofertam a educação superior, no Município de Nova Aurora, 2015

Instituição	Cursos	Total de vagas ofertadas	Total de vagas preenchidas
Instituto Cotemar	Graduação – Pedagogia	100	10
UniSociesc	Graduação – Pedagogia, Logística e Recursos Humanos	200	40
UniSociesc	Pós-graduação (na área da educação)	100	2
Interbras	Pós-graduação (na área da educação)	400	17

Fonte: Monitores responsáveis pelas referidas Instituições, 2015.

O Instituto Cotemar capacita profissionais e promove conhecimento, ampliando horizontes e priorizando a qualidade do ensino oferecido, há mais de 10 anos. No Município de Nova Aurora, o Instituto Cotemar iniciou as suas atividades em 2014.

Os cursos ofertados pela UniSociesc no Município são vinculados ao Polo de Cascavel.

O Grupo Interbras foi criado em 1990, mas sua atual estrutura teve início em 2010. A instituição é focada na oferta de cursos livres de extensão, aperfeiçoamento, atualização de nível médio e universitária, com produção própria de conteúdos, usando meios televisivos e plataforma de ensino pela internet, num mix de recursos multimidiáticos. Em Nova Aurora, a instituição iniciou suas atividades em 2013.

O local utilizado como sala de aula para os cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelas instituições apresenta-se adaptado para o atendimento.

**Tabela 4.2.** Infraestrutura do ambiente disponibilizado para os cursos de educação superior na modalidade a distância, 2015

(continua)

Itens	Avaliação			
	O	B	R	I
Espaço físico disponível adequado ao número de alunos.	X	-	-	-
Iluminação e ventilação adequadas às atividades desenvolvidas.	X	-	-	-
Mobiliário confortável para o desenvolvimento dos trabalhos individuais e em grupos.	-	-	X	-
Adequação dos espaços disponíveis ao currículo proposto.	-	X	-	-

**Tabela 4.2.** Infraestrutura do ambiente disponibilizado para os cursos de educação superior na modalidade a distância, 2015

(encerra)

Itens	Avaliação			
	O	B	R	I
Instalações sanitárias adequadas para docentes, discentes e funcionários.	-	X	-	-
Condições para atendimento aos portadores de necessidades especiais.	-	X	-	-
Biblioteca com acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejáveis.	-	X	-	-
Existência de acervo de recursos audiovisuais.	-	X	-	-
Acesso à Internet.	-	-	X	-
Maior número de salas disponibilizadas e assistência a equipamentos necessários.	-	-	X	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; I – Inexistente.

Os alunos que frequentam os cursos ofertados no município de Nova Aurora, são, em sua maioria, oriundo da rede pública de ensino.

**Tabela 4.3.** Procedência escolar dos acadêmicos que cursam a educação superior, por instituição de ensino, 2012 – 2015

Instituição	2012		2013		2014		2015	
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Cotemar	-	-	-	-	X	-	X	-
UniSociesc	X	-	X	-	X	-	X	-
Interbras	-	-	X	-	X	-	X	-

Fonte: Monitores responsáveis pelas referidas Instituições, maio de 2015.

A evasão no ensino superior no município de Nova Aurora se mostra ínfimo, em relação aos números de alunos concluintes.

**Tabela 4.4.** Índices de evasão na Educação Superior, por instituição de ensino, 2011 – 2014 (em %)

Instituição	Percentuais de evasão por ano			
	2011	2012	2013	2014
UniSociesc	1%	1%	2%	1%
Interbras	-	-	1%	4%

Fonte: Monitores responsáveis pelas referidas Instituições, mai de 2015.

Os cursos de nível superior ofertados no município de Nova Aurora não suprem a demanda, pois a população, de forma geral, requer uma gama maior na diversificação de cursos a serem realizados, já que, as instituições que prestam serviços ofertam cursos apenas na área da educação e administração. Portanto, se faz necessário o deslocamento para municípios vizinhos que dispõem de cursos na área de exatas e humanas, suprimindo assim a demanda existente de formação qualificada, bem como a formação desejada por cada um.

Muitas pessoas se deslocam para os municípios vizinhos, tais como: Cascavel (em sua maioria), Assis Chateaubriand, Cafelândia e Goioerê. Dentre as Instituições que ofertam curso superior, nestas localidades, a mais procurada é a Faculdade Assis Gurgacz (FAG) de Cascavel, seguida da Universidade Paranaense (UNIPAR), União Educacional de Cascavel (UNIVEL), Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense (CTESOP), em Assis Chateaubriand e Faculdade ÚNICA em Cafelândia.

Em 2015, em torno de 317 alunos se deslocam para estas localidades para frequentarem cursos de graduação e pós-graduação.

Todos estes universitários encontram-se cadastrados na Associação dos Estudantes Universitários Municipal de Nova Aurora (ASEUMNA), da qual, conta com efetiva ajuda do Poder Público Municipal. Essa ajuda consiste em disponibilizar quatro ônibus, sendo que um pertence à Prefeitura e os outros três são ofertados por meio de licitação anual. O restante do custo é dividido entre os alunos, que pagam a mensalidade por meio de boleto.

Alguns acadêmicos desenvolvem projetos sociais no Município, embora, seja, em sua maioria, na realização do estágio dos mesmos.

Os acadêmicos têm a possibilidade de realizar estágio em diferentes áreas no município de Nova Aurora, pois existem parcerias com a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e, também, em setores administrativos da Prefeitura, que permite a contratação temporária de acadêmicos, por meio de estágio remunerado, dentro do que a legalidade estabelece.

É possível destacar que, com os incentivos realizados pelo Poder Público Municipal, o nível intelectual da população de Nova Aurora está se equiparando aos grandes centros, onde as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional são mais acessíveis. Esse fator promove, indiretamente, o crescimento do Município, seja pela atuação dentro de uma nova perspectiva de vida, seja pela nova gama de possibilidades de atendimento e prestação de serviços.

Muitos acadêmicos, após concluírem o ensino superior, tendem a atuarem no Município, quando há possibilidades de emprego. No entanto, a maioria dos alunos concluintes tenta novas possibilidades de crescimento profissional em cidades mais desenvolvidas, que conseqüentemente, oferecem melhor remuneração.

Como o município de Nova Aurora apresenta um número de habitantes, relativamente pequeno, não há perspectivas de que o ensino superior seja instalado enquanto instituição sede, apenas como já vem sendo ofertado, por meio da educação a distância.

Os avanços no desenvolvimento humano e profissional com o incentivo relativo ao ensino superior são perceptíveis. Dentro de uma perspectiva de avanços e conquistas, almeja-se alcançar novos patamares de desenvolvimento, sendo necessário superar as dificuldades reais que ainda existem. Embora, tenham

ocorridos avanços, é preciso centrar-se no diferencial de uma educação de qualidade que vá além de uma simples formação para uma formação pessoal e profissional de qualidade.

## 5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Entende-se que a educação é a dimensão mais nobre e relevante da vida, uma vez que é a formação do ser humano que torna possível o pleno aproveitamento de suas potencialidades e do seu desenvolvimento moral, material e espiritual ao longo de toda a existência. Dispor de cidadãos bem preparados e capacitados, com boa formação humanística, científica e artística, significa atingir o desenvolvimento e proporcionar melhor qualidade de vida.

Através das Constituições Federais de 1946, 1967 e 1988, compete aos poderes públicos institucionais garantir o direito universal à Educação. Pela Constituição de 1946 e 1967 não cabia ao Município organizar seu sistema de ensino. Pela atual, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios organizarem seus sistemas de ensino em regime de colaboração.

Reconstruir a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é uma tarefa complexa, por esta razão, a síntese a seguir tem a finalidade de contribuir para a fundamentação dessa modalidade.

Na década de 1930, a educação de adultos começou a delimitar seu lugar na história da Educação do Brasil.

Na década de 1940, houve ampliação da educação elementar, inclusive da educação de jovens e adultos. Nesse período, a educação de adultos toma a forma de Campanha Nacional de Massa.

Na década de 1950, a Campanha se extinguiu e as críticas eram dirigidas tanto às suas deficiências administrativas e financeiras, quanto à sua orientação pedagógica.

Na década de 1960, o pensamento de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspira os principais programas de alfabetização do país. Neste contexto, no ano de 1964 é aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire, porém foi interrompido com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos.

No ano de 1967, o governo assumiu o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período lançou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Em 1969, o Ministério da Educação e Saúde lançou uma Campanha Massiva de Alfabetização. Assim, na década de 1970, o MOBRAL expandiu-se por todo o território nacional e das iniciativas que derivaram desse programa, o mais importante foi o Programa de Educação Integrada (PEI) que, de certa forma, correspondia ao antigo curso primário.

Na década de 1980, ocorreram movimentos sociais e o início da abertura política públicas e os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização.

No ano de 1985, o MOBRAL foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava, financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas.

Na década de 1990, com a extinção da Fundação Educar, criou-se um enorme vazio na Educação, os municípios ficaram sem condições de continuar o trabalho e a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, reclamava por reformulações pedagógicas.

No ano de 1990, aconteceu na Tailândia/Jomtiem, a Conferência Mundial de Educação para Todos, onde foram estabelecidas diretrizes planetárias para a Educação de Crianças, Jovens e Adultos.

Em 1997, realizou-se na Alemanha/Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens, promovida pela Organização das Nações Unidas (UNESCO). Essa conferência representou um importante marco, à medida que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, dedicou os artigos 37 e 38, no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram acesso na idade própria.

Com os investimentos e pelo trabalho realizados na EJA, o município de Nova Aurora recebeu do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o selo de “Município Alfabetizador”.

Embora se note que o analfabetismo esteja concentrado nas faixas mais adiantadas, ou seja, em pessoas com mais de 25 anos de idade, ainda assim é perceptível uma redução significativa neste percentual, se forem comparadas com as taxas de anos anteriores.

Neste contexto, para acelerar a redução do analfabetismo, o Programa Paraná Alfabetizado foi implantado no Município, em 2005, atendendo os alunos em todas as comunidades e bairros até o ano de 2012, quando cessou devido a falta de demanda.

Em 2006, foi elaborada a Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Fase I e no ano subsequente foi implantada na Escola Municipal Eugênio Mezzon, no período noturno.

Atualmente (2015), a EJA Fase I, funciona na Escola Municipal Eugênio Mezzon, que oferta uma excelente estrutura física, utilizando-se das salas de aula, refeitório, banheiros, biblioteca, secretaria e todos os materiais específicos e não específicos para a modalidade.



A modalidade de EJA recebe o mesmo tratamento que as demais modalidades da educação básica, ou seja, transporte escolar, merenda escolar de qualidade, encaminhamentos para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), setor de saúde, e eventos culturais programados pelo Município, havendo a inclusão social e digital, uma vez que o Município propõe o uso do Ônibus Digital nas escolas.

**Tabela 5.1.** Oferta da EJA, 2015

Programas / Cursos	Local	Número de alunos atendidos	Turno
EJA – Fase I	Escola Municipal Eugênio Mezzon	11	Noturno
EJA – Fase II	Colégio Estadual Machado de Assis	57	Noturno
EJA - Ensino Médio	Colégio Estadual Machado de Assis	19	Noturno

Fonte: SERE e Escolas Municipais e Estaduais, maio de 2015.

**Tabela 5.2.** Evolução das matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015

Programas / Cursos	2011		2012		2013		2014		2015	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
EJA – Fase I	33	01	46	01	30	01	25	01	11	01
EJA – Fase II e Ensino Médio	124	02	76	02	92	02	13	02	76	02

Fonte: SERE e Escolas Municipais e Estaduais, maio de 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Os professores são concursados da rede municipal de Ensino, participam da capacitação da formação continuada ofertada pelo município e pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) de Assis Chateaubriand e ainda capacitações em EaD, procurando desta forma ter professores preparados e com perfil para trabalhar com estas turmas.

A EJA atende os alunos com necessidades especiais, principalmente aqueles egressos de classe especial, acima de 18 anos, alunos desistentes, com distúrbios de conduta, distorção de idade e série e ainda aqueles que não se alfabetizaram em tempo normal ou necessitam da terminalidade dos estudos.

Torna-se relevante, salientar que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Nova Aurora, possui uma técnica pedagógica que acompanha todo o trabalho pedagógico desenvolvido nesta modalidade de ensino, juntamente com a direção e a equipe da escola. É claro que não supre todas as necessidades do Município, pois os números de evasão são altos, mesmo com todas as estratégias e campanhas realizadas durante o ano, os alunos demonstram desmotivação, falta de interesse, fazendo esgotar todas as estratégias para mantê-los na escola.

A EJA Fase II e ensino médio funcionam no Colégio Estadual Machado de Assis tendo como mantenedora a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR). Esta modalidade de ensino utiliza toda a estrutura física disponível no colégio como as salas de aula, sala de vídeo, laboratórios de informática e demais recursos físicos e humanos, inclusive o transporte escolar.

A Educação de Jovens e Alunos hoje é uma modalidade de ensino na qual tem absorvido os alunos que estão fora da idade e série e que vem apresentando um alto índice de evasão, principalmente para os alunos da Fase II.

Em relação aos professores que trabalham na EJA Fase II e ensino médio, estes são funcionários da SEED, em sua maioria com experiência na área, principalmente porque estes alunos precisam de um atendimento diferenciado no que se refere a sua realidade e aprendizagem.

No Colégio Estadual Machado de Assis, entre os alunos matriculados há alunos com necessidades especiais, principalmente aqueles egressos de classe especial, alunos que receberam atendimento em sala de recursos e que sempre tiveram insucesso na escola. Porém, acredita-se que os professores não estejam preparados para desenvolver o trabalho com estes alunos, mas fazem o possível para manter e motivar os alunos no cotidiano escolar.

Os programas da EJA ofertados no Município atendem as necessidades emergentes, existindo parcerias com outras secretarias como a da Saúde e Assistência Social.

A situação precária em que se encontra a educação no país, principalmente nas questões de alfabetização, onde se destacam os agravantes da evasão, da repetência e da má qualidade de ensino, resultados da aplicação de critérios poucos realistas, carece urgentemente da atenção de todos os responsáveis em fazer acontecer as transformações sociais necessárias ao bem comum.

Sabe-se que a participação numa sociedade politizada só acontece quando ocorre o acesso aos instrumentos que expressam, identificam ou registram o conhecimento acumulado.

Entende-se, portanto, que não é apenas a criança que precisa frequentar os bancos escolares, é necessário dar maior atenção aos jovens e adultos que não tiveram condições de estarem nos bancos escolares, que não frequentaram a escola em idade própria, ou que não continuaram o ensino fundamental e médio.

Em vista do exposto e, principalmente, porque a nova proposta educacional para a alfabetização de jovens e adultos ocupa espaço de prioridade nas propostas governamentais, com o propósito de eliminar o analfabetismo, existe a necessidade do empenho de todo o povo brasileiro.

Assim, o sistema de ensino deve assegurar, gratuitamente, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas às características do alunado, seus interesses,

condições de vida e de trabalho mediante cursos, programas e exames de equivalência.

O Plano Municipal de Educação de Nova Aurora, de acordo com essa nova estrutura, tem como objetivo aproximá-lo do sistema de gestão e efetivamente incorporá-lo como instrumento de planejamento e tomada de decisão diante de todas as ações governamentais. Com isso, objetiva-se elevar o Município a novos padrões de referência em educação, saúde, equilíbrio social e qualidade de vida.

O Plano Municipal de Educação deve prever e determinar os momentos estratégicos para realizar uma avaliação das ações e das atividades que estão sendo desenvolvidas e analisar os resultados que estão sendo alcançados com o objetivo de poder redirecionar as estratégias de execução. Dessa forma, é importante elaborar alguns instrumentos que sirvam não apenas para realizar o acompanhamento das ações, como também para avaliar os resultados alcançados e realimentar a dinâmica e do processo executivo do Plano.

Portanto, são desafios para esta modalidade de ensino:

- A Educação de Jovens e Adultos deve constituir parte integrante do processo permanente institucionalizado de políticas educacionais e culturais que compreendam o sistema educativo como um todo, procurando comprometer toda a sociedade e, principalmente, os meios de comunicação de massa;
- Deve-se desenvolver um projeto pedagógico específico para esta modalidade de ensino, contemplando a reapropriação do conhecimento adquirido pelos educadores populares a partir de suas experiências, mediante sistematização;
- Assegurar a obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica para jovens e adultos;
- Garantir a existência de um órgão central articulador de políticas e diretrizes da educação de adultos;
- Definir critérios de reconhecimento, incentivo e apoio às instituições da sociedade civil que atuam na Educação de Jovens e Adultos;
- Enquanto todos não tiverem o direito assegurado de frequentar a escola na idade própria, deverá de ser mantida a oferta de educação básica para os jovens e adultos no sistema regular de ensino;
- Estimular a produção e a circulação de material de leitura para jovens e adultos, garantindo aos trabalhadores egressos nos programas de educação básica e continuidade escolar, independentemente da idade.

## 6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os setores do município de Nova Aurora que mais empregam são: construções civis, supermercados e o comércio, envolvendo produtos agrícolas.

Segundo dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011, a desocupação chegava a 3,48%, e essa porcentagem vem caindo a cada ano, chegando quase a 0,5%. Os setores mais carentes de mão de obra são: construção civil, indústria de confecções, indústria metal, mecânica - manutenção de veículos leves, pesados e indústria de móveis. Com a industrialização dos investimentos da cooperativa na área agrícola e setor de abates aves e peixes, são abertas novas vagas de emprego no Município e fora dele.

Como política de incentivo à profissionalização e qualificação da mão de obra existente no Município e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda, o Poder Público Municipal, por meio das secretarias municipais e de parcerias firmadas com entidades e organizações governamentais e não governamentais, procura promover a oferta de cursos e palestras voltadas à profissionalização do Município, que é essencialmente agrícola, e a qualificar os munícipes, reforçando a inclusão social e o fortalecimento do espírito de cidadania.

Além disso, a oferta de formação técnica visa habilitar, principalmente, o agricultor, a fim de que possa tirar o melhor proveito das atividades no campo, manter o jovem da zona rural em seu habitat (lugar de origem), inibir o movimento migratório em direção a centros densamente povoados e, acima de tudo, promover a geração de emprego e renda no Município.

As principais entidades ou organizações responsáveis pela oferta da formação profissional no Município são: Prefeitura, por meio do Departamento Municipal de Indústria e Comércio, Secretaria Municipal de Agricultura e Departamento Municipal de Assistência Social; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nova Aurora; Associação Comercial e Industrial de Nova Aurora (ACINA); Programa do Voluntariado Paranaense de Nova Aurora (PROVOPAR); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Aurora; Sindicato Rural Patronal de Nova Aurora; Cooperativa Agrícola Consolata Ltda (COPACOL); Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); EMATER; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Cooperativa da Agricultura Familiar (COPERAFA).

**Tabela 6.1.** Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município, 2013 – 2015

(continua)

Ano	Instituição Promotora	Curso	Parcerias	Público Alvo
2013	Departamento de Informática	Informática Básica	Secretaria de Estado para Assuntos Estratégicos (SEAE)	População
2013	Departamento de Informática	Internet Básica	SEAE	População
2013	Departamento de Informática	Apoio à educação básica – livros e internet	SEAE / Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Escolas e comunidade
2013	Recursos Humanos/Informática	Programa Jovem Aprendiz	SENAC	Jovens
2014	Departamento de Informática	Informática Básica	SEAE	População
2014	Departamento de Informática	Internet Básica	SEAE	População
2014	Departamento de Informática	Apoio à educação básica – livros e internet	SEAE / Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Escolas e comunidade
2014	Recursos Humanos/Informática	Programa Jovem Aprendiz	SENAC	Jovens
2014	CRAS	Padeiro	SENAI	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único
2014	CRAS	Auxiliar Administrativo	SENAI	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único
2014	CRAS	Aplicador de Revestimento Cerâmico	SENAI	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único
2014	CRAS	Manicure e Pedicure	SENAC	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único
2014	CRAS	Aperfeiçoamento em Penteados	SENAC	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único
2014	CRAS	Curso de Patchwork	CRAS	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único

**Tabela 6.1.** Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município, 2013 – 2015

(encerra)

Ano	Instituição Promotora	Curso	Parcerias	Público Alvo
2014	EMATER	Agregação de valor através da transformação de frutas	Prefeitura	Agricultores e familiares
2014	EMATER	Alimentação para o gado leiteiro	Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR	Agricultores e familiares
2014	Colégio Estadual Machado de Assis	Curso Técnico em Vendas – integrado – 4 anos	SEED	Alunos do ensino médio
2014	Colégio Estadual Machado de Assis	Curso Técnico em Informática – subsequente – 18 meses	SEED	Alunos de pós-médio
2014	Instituto Federal do Paraná - IFPR	Curso Técnico em Transações Imobiliárias	IFPR/SEED	Alunos de pós-médio
2015	Departamento de Informática	Informática Básica	SEAE	População
2015	Departamento de Informática	Internet Básica	SEAE	População
2015	Departamento de Informática	Apoio à educação básica – livros e internet / itinerante	SEAE / Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Escolas e comunidade
2015	Colégio Estadual Machado de Assis	Curso Técnico em Vendas – integrado – 4 anos	SEED	Alunos do ensino médio
2015	Colégio Estadual Machado de Assis	Curso Técnico em Informática – subsequente – 18 meses	SEED	Alunos de pós-médio
2015	IFPR	Curso Técnico em Transações Imobiliárias	IFPR/SEED	Alunos de pós-médio

Fonte: Instituições promotoras dos cursos, maio de 2015.

Com a constituição da COPERAFA, com sede em Nova Aurora, oportunizou-se e ampliou-se o mercado e, conseqüentemente, a oportunidade de geração de emprego e renda à pequena propriedade rural familiar no Município.

O Município também explora o turismo rural, que visa oportunizar aos produtores rurais uma renda complementar, uma alternativa de ganho na modalidade denominada serviços não agrícola. São várias as atividades que podem ser exploradas turisticamente como o artesanato, a culinária, a suinocultura, a natureza, e outras tantas atividades que são desenvolvidas no Município.

**Tabela 6.2.** Perspectiva de oferta de novos cursos profissionalizantes, 2015 - 2016

Ano	Instituição Promotora	Curso	Parcerias	Público Alvo
2015	CRAS	Confeiteiro	SENAI	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único
2015	CRAS	Depilação	SENAC	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único
2015	CRAS	Reparação de eletrodomésticos	A definir	Programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único
2015	EMATER	Tecnologia de aplicação	Prefeitura	Agricultores familiares
2015	EMATER	Gestão e mercado	Prefeitura	Agricultores familiares
2015	EMATER	Planejamento da produção de olerícolas	Prefeitura	Agricultores familiares
2015	Colégio Estadual Machado de Assis	Curso Técnico em Informática – subsequente – 18 meses	SEED	Alunos de pós-médio
2016	Departamento de Informática	Informática Básica	SEAE	População
2016	Departamento de Informática	Internet Básica	SEAE	População
2016	Departamento de Informática	Apoio à educação básica – livros e internet	SEAE / Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Escolas e comunidade

Fonte: Instituições promotoras dos cursos, maio de 2015.

Segundo dados do escritório local da EMATER, o Município possui 854 agricultores familiares cadastrados no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Todos são assistidos pelo órgão, que atua ainda com o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio Familiar (PRODAF), envolvendo ações conjugadas da Prefeitura (por meio das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e Assuntos Comunitários), do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), da Associação de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (ADAF) e das 22 associações comunitárias.

As associações comunitárias são grupos especializados em produção de leite, de fruticultura como uva, moranguinho, abacaxi, laranja, tangerina, banana, pupunha, turismo rural e agroindústrias familiares (panifícios, massas e congelados, embutidos e defumados derivados da cana, abatedouro de frangos, produtos agroecológicos e feira do produtor rural).

Desta forma, a realização de cursos de capacitação e de orientação à população no Município ocorre no Centro de Comercialização dos Pequenos Produtores Familiares, que é o principal meio de comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, agroindústria e do artesanato.

Com o fechamento de turmas de educação profissional, por parte do governo estadual, nos municípios de pequeno porte, os jovens que desejam cursar esta etapa de ensino, precisam se deslocar para centros maiores como Cascavel, Toledo, Palotina e até mesmo Maringá. Os cursos técnicos mais procurados são de eletrônica, enfermagem, formação de docentes, agropecuária e de cuidador de idosos.

Por isso, as ações prioritárias para alavancar esta modalidade de ensino no Município para os próximos anos são: assegurar a parceria com instituições governamentais e não governamentais, para a oferta permanente de cursos de capacitação técnica para os agricultores do Município, voltados à melhoria do nível técnico das práticas agrícolas e da preservação ambiental; estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas; estimular a oferta de matrículas na educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, de forma articulada à educação profissional; incentivar a oferta de cursos por meio do SEBRAE e EMATER, para suprir a demanda existente, no Município e na região; apoiar a implantação de cursos profissionalizantes para jovens e adultos e para pessoas portadoras de necessidades especiais; e estimular permanentemente, o uso das estruturas públicas não só para os cursos regulares, mas também para o treinamento e retreinamento de trabalhadores com perspectiva de inseri-los no mercado de trabalho com mais condições de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.



## 7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

### 7.1 Atendimento em Instituição Especializada

A Escola Novo Amanhecer – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial – mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Nova Aurora oferece programas educacionais especializados, com currículo adaptado, buscando a integração das áreas de educação, assistência social e saúde bem como favorecendo as ações da família e da comunidade em busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, sua inclusão social, preparação e inserção no mercado de trabalho.

A Escola Novo Amanhecer oferta atividades educacionais e na área de saúde desde 01 de março de 1992.

A Escola Novo Amanhecer oferece a educação infantil (estimulação essencial e pré-escolar); ensino fundamental (anos iniciais); EJA (anos iniciais) e oficinas de educação profissional para alunos com deficiência intelectual e múltipla a partir de 16 anos.

O processo pedagógico é adequado às necessidades dos alunos com deficiência intelectual e múltipla e corresponde a um ensino socialmente significativo.

O serviço de saúde da Escola Novo Amanhecer é desenvolvido por meio de ações e atividades que visam prestar um trabalho articulado entre todos os setores da unidade e as demais redes e programas do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo os seguintes procedimentos exclusivos e não exclusivos da rede APAE:

- Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras;
- Aplicação de teste para psicodiagnóstico;
- Acompanhamento do aluno com deficiência em reabilitação e comunicação Alternativa;
- Acompanhamento neuropsicológico de aluno em reabilitação;
- Acompanhamento psicopedagógico de aluno em reabilitação;
- Atendimento/ acompanhamento em reabilitação de múltiplas deficiências;
- Atendimento / acompanhamento de aluno em reabilitação DNPM<sup>1</sup>;
- Consultas de profissionais de nível superior na atenção especializada;
- Consultas médicas na atenção especializada;
- Terapia fonoaudiológica individual.

Compõem a equipe de saúde: um psiquiatra; dois fisioterapeutas; um fonoaudiólogo; um terapeuta ocupacional; um psicólogo e um assistente social.

O público alvo da Escola é constituído por crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual, múltipla e/ou autismo, que vêm por meio de demanda espontânea, encaminhados pelo poder público, transferidos de outras APAEs

---

<sup>1</sup> Desenvolvimento Neuro-Psico-Motor.

e, principalmente, encaminhados pela Rede SUS. A abrangência territorial da Escola alcança todo o município de Nova Aurora e distritos.

**Tabela 7.1.** Evolução do atendimento da Escola Novo Amanhecer, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015

Atendimento	Turno	2011	2012	2013	2014	2015
		AL	AL	AL	AL	AL
Educação Infantil (estimulação essencial)	Matutino	-	04	03	04	05
	Vespertino	05	-	-	-	-
Educação Infantil (pré-escolar)	Matutino	03	01	-	-	01
	Vespertino					
Ensino Fundamental (anos iniciais)	Matutino	10	11	07	08	06
	Vespertino	12	12	14	15	13
Educação Profissional	Matutino	24	25	24	33	32
	Vespertino	63	63	61	54	48
<b>Total</b>		<b>117</b>	<b>116</b>	<b>109</b>	<b>114</b>	<b>105</b>

Fonte: Escola Novo Amanhecer – APAE de Nova Aurora, maio de 2015.

Legenda: AL – Alunos.

A Escola Novo Amanhecer dispõe de mobiliário, brinquedos, materiais pedagógicos e rede física apropriados para o atendimento dos alunos com deficiência intelectual e múltipla.

Quanto ao espaço físico, no ano de 2015, ocorreram vários avanços, entre eles a cobertura da quadra esportiva, pelo Poder Público Municipal, proporcionando aos alunos uma melhor qualidade de vida, conquistados a partir de atividades físicas e lúdicas. A Prefeitura também cedeu o espaço físico onde se encontra atualmente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, logo que for construído o Fórum da Comarca de Nova Aurora para a APAE. Assim, com a cedência desse espaço físico haverá uma melhor qualidade no atendimento aos alunos da Escola.

Quanto à rede de esgoto, a Prefeitura também assumiu esse compromisso de concluí-lo. Deste modo, a estrutura física, neste momento, é boa e ficará melhor ainda após a cedência do restante do prédio.

**Tabela 7.2.** Infraestrutura da Escola Novo Amanhecer, 2015

(continua)

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
Energia elétrica	X	-	-	-	-
Água filtrada ou tratada	X	-	-	-	-
Esgoto <sup>2</sup>	-	-	-	-	-
Sala de direção	X	-	-	-	-
Sala de supervisão e/ou coordenação pedagógica	X	-	-	-	-
Sala de orientação educacional	X	-	-	-	-
Secretaria	X	-	-	-	-
Sala de reuniões	X	-	-	-	-
Sala de professores	-	X	-	-	-

<sup>2</sup> Esgoto está em andamento.

**Tabela 7.2.** Infraestrutura da Escola Novo Amanhecer, 2015

(encerra)

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	-	X	-	-	-
Sala de recursos didáticos	X	-	-	-	-
Auditório	X	-	-	-	-
Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	X	-	-	-	-
Almoxarifado (material escolar)	X	-	-	-	-
Refeitório	X	-	-	-	-
Depósito (material de limpeza)	X	-	-	-	-
Depósito de botijão de gás	X	-	-	-	-
Depósito de lixo	X	-	-	-	-
Cozinha	X	-	-	-	-
Despensa (alimentos)	X	-	-	-	-
Instalações sanitárias – alunos	X	-	-	-	-
Instalações sanitárias – administrativo	X	-	-	-	-
Instalações sanitárias – funcionários	X	-	-	-	-
Recreio coberto	X	-	-	-	-
Campo esportivo	-	-	-	-	-
Quadra poliesportiva	-	-	-	-	-
Quadra de esportes coberta	X	-	-	-	-
Piscina	-	-	-	-	X
Espaço para oficinas (ex: marcenaria, pintura, etc.)	X	-	-	-	-
Laboratório de informática	X	-	-	-	-
Laboratório de ciências	-	-	-	-	X
Acesso à internet para alunos	X	-	-	-	-
Acesso à internet para professores e funcionários	X	-	-	-	-
Mobiliário adequado à faixa etária	X	-	-	-	-
Material pedagógico de apoio ao aluno	X	-	-	-	-
Material pedagógico de apoio ao professor	X	-	-	-	-
Adequação às características das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	X	-	-	-	-

Fonte: Escola Novo Amanhecer – APAE de Nova Aurora, maio de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

A instituição de ensino dispõe de docentes, funcionários e suporte pedagógico em número suficiente e todos possuem a formação/habilitação necessária para o exercício de suas funções. Todos os docentes possuem especialização em Educação Especial.

Muitos dos alunos matriculados na Escola, devido ao grau de comprometimento, necessitam de apoios generalizados e extensivos em todo seu ciclo de vida, e por esse motivo, há necessidade de ampliar o quadro de pessoal de apoio para dar continuidade aos atendimentos ofertados pela Escola.

**Tabela 7.3.** Quadro funcional da Escola Novo Amanhecer, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)					Total
	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção	-	-	-	01	-	01
Vice-direção	-	-	-	01	-	01
Coordenação	-	-	-	01	-	01
Docência	-	-	-	21	-	21
Secretário Escolar	-	01	-	-	-	01
Merendeira	02	-	-	-	-	02
Auxiliar de Serviços Gerais	-	03	-	01	-	04
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>04</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>31</b>

Fonte: Escola Novo Amanhecer – APAE de Nova Aurora, maio de 2015.

Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

**Tabela 7.4.** Atendimento de Técnicos, 2015

Tipos de Técnicos	Quantidade de profissionais
Fisioterapeutas	02
Psicóloga	01
Assistente Social	01
Fonoaudióloga	01
Terapeuta Ocupacional	01
Médico Psiquiatra	01

Fonte: Escola Novo Amanhecer – APAE de Nova Aurora, maio de 2015.

O transporte dos alunos matriculados na Escola é realizado com ônibus adaptado, e está de acordo com as normas da acessibilidade. A APAE, nesse ano de 2015, adquiriu um veículo leve, por meio do projeto junto ao Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), para também ser utilizado no transporte dos alunos.

**Tabela 7.5.** Transporte oferecido aos alunos que frequentam a Escola Novo Amanhecer, 2015

Tipo Transporte	Número de alunos transportados por dia
Ônibus da Instituição	58
Ônibus do Município	15
<b>Total</b>	<b>73</b>

Fonte: Escola Novo Amanhecer – APAE de Nova Aurora, maio de 2015.

A APAE de Nova Aurora mantenedora da Escola Novo Amanhecer, mantém convênio a Prefeitura de Nova Aurora, onde o mesmo apresenta os seguintes objetivos: abordar temas relacionados ao fortalecimento do vínculo familiar e convivência; promover grupos de discussão com as mães dos alunos; ofertar oficinas pré-profissionalizante; realizar atendimento interdisciplinar e visita domiciliar às famílias dos alunos da Escola Novo Amanhecer.

Os recursos financeiros provenientes do convênio com a Prefeitura são utilizados de acordo com o Plano de Aplicação em despesas de custeio, nas rubricas de materiais de consumo. Ainda, para desencadear este projeto, é contratado dois profissionais, um de serviço social e um profissional de

psicologia, com carga horária de 20 horas semanais cada, perfazendo um total de 40 horas semanais.

Por meio do convênio com a Prefeitura, a Escola adquiriu vários materiais pedagógicos e educativos, materiais de expedientes, gêneros alimentícios (proporcionando uma alimentação saudável e também, proporcionou e está proporcionando um melhor atendimento na Oficina de Culinária).

Na Oficina de Higiene e Beleza, vários materiais foram e estão sendo adquiridos, tais como: creme para cabelo, escova de dentes, pasta de dentes, shampoo, toalhas e outros materiais de higiene e beleza.

No início do ano de 2015, por meio de convênio com a SEED-PR, a APAE adquiriu ar condicionado para todas as salas de aula, salas da administração, coordenação pedagógica e salas dos profissionais da saúde.

## 7.2 Atendimento no Ensino Regular

A efetivação da educação inclusiva é um enorme desafio para o sistema educacional como um todo. As tabelas a seguir demonstram como se encontra este processo nas redes de ensino do município de Nova Aurora.

**Tabela 7.6.** Atendimento da educação especial no ensino regular, 2015

Instituição de Ensino	Classe Especial		Sala de Recursos Multifuncionais	
	AL	TU	AL	TU
Escola Municipal Fernando Esser	06	01	03	01
Escola Municipal Santos Dumont	-	-	14	06
Escola Municipal Eugênio Mezzon	13	02	05	03
Escola Estadual Jorge Nacli	-	-	35	05
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>03</b>	<b>57</b>	<b>15</b>

Fonte: Escolas Municipais, maio de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas.

A Escola Estadual Jorge Nacli oferta a sala de recursos multifuncional desde o ano de 2006, atendendo alunos avaliados por psicóloga ou neurologista.

**Tabela 7.7.** Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015

Etapas / Modalidades de ensino	Quantidade de alunos por ano			
	2012	2013	2014	2015
Ensino Fundamental (anos iniciais)	41	49	37	32
Ensino Fundamental (anos finais)	27	22	27	35
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>71</b>	<b>64</b>	<b>67</b>

Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

**Tabela 7.8.** Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015

Item	Total de instituições que atendem o item listado	
	Rede Municipal	Rede Estadual
Oferta cursos sobre o atendimento básico a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para os professores em exercício.	-	01
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	01	01
Possui livros didáticos e/ou de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal.	-	-
Possui aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem dos educandos surdos e aos de visão subnormal.	-	-
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	-	-
Usa equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	02	01
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento educacional especializado, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	-	01
Definiu as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis superiores de ensino.	-	01
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	01	01
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	-	-
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	02	01
No caso da existência de superdotados, a instituição de ensino desenvolve projetos de aceleração para estes alunos ou de enriquecimento curricular.	-	01
No caso da instituição ofertar classe especial ou sala de recursos multifuncionais: o atendimento é extensivo a alunos de outras instituições próximas, nas quais ainda não existe este atendimento.	02	01

Fonte: Instituições de Ensino, maio de 2015.

Na rede municipal, a aplicação do teste de acuidade visual somente é realizada quando o professor detecta algum problema; os alunos com deficiências são matriculados em todos os níveis e modalidade de ensino, respeitando o seu direito ao atendimento adequado, pelos serviços e apoios especializados, não definindo os recursos disponíveis e nem formação em serviço aos professores

em exercício; as instituições possuem somente rampa, não possuindo corrimão; sinal sonoro e equipamentos para atendimento; são ofertados poucos cursos específicos aos profissionais.

## 8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

O regime jurídico adotado pela administração municipal para o servidor público é o estatutário, instituído por meio da Lei nº 738/95, de 12 de julho de 1995.

O Plano de Carreira dos profissionais do magistério foi instituído por meio da Lei nº 988, de 18 de junho de 2003. A carreira do magistério prevê cargo único de professor com jornada de 20 horas semanais de trabalho.

O ingresso na carreira do magistério ocorre por meio de concurso público de provas e títulos exigindo a formação mínima, ou seja, nível médio na modalidade normal (magistério).

No estágio probatório, são avaliadas a adaptabilidade, a aptidão e a capacidade do profissional, observados os requisitos de idoneidade moral; assiduidade; disciplina; produtividade; responsabilidade e capacidade de iniciativa. Após a aprovação do estágio probatório de três anos, a promoção ocorre em um período de dois em dois anos.

A carga horária para a hora atividade do profissional do magistério é de 25% (a partir do ano de 2015), e as atividades desenvolvidas durante essas cinco horas são dedicadas ao desenvolvimento e pesquisas das atividades que serão aplicadas em sala de aula, além de atendimentos aos pais e participação em reuniões e cursos de formação continuada.

A tabela salarial foi adequada ao Piso Salarial Profissional e possui os seguintes percentuais entre os níveis de formação: 10% de A para B e 5% de B para C na linha vertical.

Os profissionais podem perceber gratificações pelas funções de equipe de apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; direção; orientação e por atuar em sala de recurso multifuncional.

As licenças estabelecidas no Plano de Carreira, ao servidor efetivo são concedidas: por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.

**Tabela 8.1.** Profissionais do magistério da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação				Total
	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	-	-	13	-	13
Orientação	-	-	18	-	18
Docência (concurso)	06	11	94	01	112
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>11</b>	<b>125</b>	<b>01</b>	<b>143</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, maio de 2015.

Legenda: MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado.



Os demais servidores que atuam nas instituições da rede municipal em funções de apoio escolar são amparados pela Lei nº 1.052, de 09 de setembro de 2005, que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais.

**Tabela 8.2.** Servidores de apoio escolar da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Secretário Escolar	-	-	02	-	01	-	-	03
Auxiliar Administrativo	-	-	01	-	-	01	-	02
Bibliotecária	-	-	01	01	-	-	01	03
Merendeira	06	01	07	-	02	01	-	17
Auxiliar de Serviços Gerais	01	01	01	-	-	-	-	03
Servente	11	11	16	-	-	-	-	38
Zeladora	02	01	01	-	01	-	-	05
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>71</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, maio de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

O último concurso público para professores foi realizado em 2014 e ainda há professores aguardando convocação.

Os cursos de formação continuada ofertados pelo Município durante o ano têm uma carga horária de 32 horas para o profissional do magistério, e ainda são oferecidos cursos de formação continuada pelo governo federal; para os demais profissionais raramente acontece a oferta de capacitação.

Os principais problemas existentes na formação dos profissionais da educação e na valorização do magistério da rede municipal de ensino, de acordo com levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura com os profissionais são: falta de preparo na formação inicial dos profissionais do magistério; os cursos de formação não conseguem suprir as necessidades reais, faltando a experiência real de sala de aula; falta de apoio e manutenção no laboratório de informática; falta de valorização por parte das famílias ao profissional; Plano de Carreira do Magistério defasado; falta de investimentos para melhoria nas condições de ensino nas escolas que funcionam em dualidade; profissionais da educação que se aposentam não chegam ao final da tabela; extinção no Município do curso do magistério; não readequação da licença maternidade de seis meses; não ter o direito de acompanhar familiares (pai, mãe e filhos maior de idade) em tratamento médico.

Diante deste levantamento, as possíveis ações prioritárias elencadas foram: reformulação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal com a participação da classe e inclusão dos professores de Educação Infantil; oferta de cursos na área de tecnologia com suporte profissional para os professores; garantia do piso salarial nacional; valorização salarial na medida em que o profissional de educação for se especializando; readequação da hora atividade de acordo com a legislação em vigor; promoção de diversos meios e equipamentos para busca de informações, conteúdos e vivências (visitas, excursões, encontros e outros); aquisição de notebook para os professores, efetivando a inclusão digital e qualificando o trabalho em sala de aula; equipamentos de qualidade e em quantidade suficiente para o trabalho dos

profissionais da educação, para pesquisas, preparação de aulas (impressoras e computadores); oferta de cursos de capacitação direcionados para cada disciplina; direito a licença maternidade de seis meses; reuniões periódicas; melhoria no espaço físico das escolas que necessitam do mesmo; extinção do regime de dualidade das escolas municipais; reajuste na tabela do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal que garanta uma aposentadoria justa e digna; oferta de cursos de capacitação ou formação continuada com carga horária suficiente à que é cobrada aos professores na avaliação de desempenho.

## 9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

### 9.1 Financiamento

A manutenção da rede municipal de ensino é financiada com recursos oriundos de receitas de impostos próprios, de receitas de transferências constitucionais e de outras transferências, da receita do salário-educação e de outras contribuições sociais, da receita de incentivos fiscais e de outros recursos previstos em lei.

Como os recursos são escassos e as necessidades para a manutenção da rede são ilimitadas, é preciso que o dirigente planeje, enumerando as ações que serão prioritárias na execução orçamentária. Por isso, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio de estimativas de receitas e despesas, realiza a sua programação financeira por meio da gestão orçamentária da educação.

**Tabela 9.1.** Recursos públicos destinados à educação, 2013 – 2015

Receitas	2013	2014	2015 (Previsão)
1 – Receita de Impostos	2.193.589,37	26.119.199,31	2.470.315,00
2 – Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	21.199.241,76	23.825.812,10	31.658.890,00
3 – Total da Receita Bruta de Impostos (1+2)	23.392.831,13	49.945.011,41	34.129.205,00
4 – Receita da Aplicação Financeira de Outros Recursos Vinculados ao Ensino	4.062,24	3.076,81	137.597,00
5 – Receitas de Transferências do FNDE	534.848,72	583.636,60	520.800,00
6 – Receitas de Transferências de Convênios	1.177.404,80	352.524,53	71.000,00
7 – Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	2.165.000,00
8 – Outras Receitas para Financiamento do Ensino	0,00	20.300,00	0,00
9 – Total das Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino (4+5+6+7+8)	1.716.315,76	959.537,94	2.894.397,00
10 – Receitas Destinadas ao FUNDEB	4.162.774,73	4.682.448,80	3.780.300,00
11 – Receitas Recebidas do FUNDEB	3.269.379,71	3.792.058,00	3.780.300,00
11.1 Transferências de recursos do FUNDEB	3.264.776,48	3.776.943,04	3.780.300,00
11.3 Receita da aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	4.603,23	15.114,96	-
12 – Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (11.1 – 10) = Acréscimo resultante das transferências do FUNDEB	- 897.998,25	- 905.505,76	-

Fonte: Prefeitura, maio de 2015.

Sigla: FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

**Tabela 9.2.** Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Especial	EJA	Outros	Total
2013	1.919.553,84	4.480.130,31	211.332,79	34.210,00	230.792,66	6.987.939,34
2014	2.517.636,57	3.617.802,69	256.957,90	31.230,87	304.586,49	6.728.214,52
2015 (*)	2.149.800,00	3.928.800,00	280.100,00	34.000,00	1.758.180,00	8.150.880,00

Fonte: Prefeitura, maio de 2015.

**Tabela 9.3.** Indicadores de educação, 2013 – 2015

Indicadores	2013	2014	2015 (previsão)
Total de Matrículas providas pelo Município	1.274	1.345	1.315
Total de Usuários do Transporte Escolar	1.055	1.121	1.103
Total de Alunos atendidos com a Merenda Escolar Municipal	1.388	1.401	1.234
Gastos com Educação – Recursos Próprios	1.103.990,88	1.535.065,62	-
Gastos com Educação – Recursos FUNDEB	3.153.749,40	3.776.943,04	3.780.300,00
Gastos com Educação – Recursos de Outras Fontes	-	-	-
Total de Gastos com Educação	6.987.939,34	6.578.591,54	6.168.480,00
Quantidade de Docentes	141	143	152
Total de Docentes Pagos com Recursos do FUNDEB	141	143	152
Total de Gastos com Pagamento de Docentes do FUNDEB	2.410.785,58	3.414.028,11	3.780.300,00
Total de Servidores na Educação	218	237	247

Fonte: Prefeitura e SERE, maio de 2015.

O transporte escolar é realizado por uma frota composta por 16 ônibus próprios e um locado.

**Tabela 9.4.** Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2015

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Total
2013	627	428	1.055
2014	731	390	1.121
2015	700	403	1.103

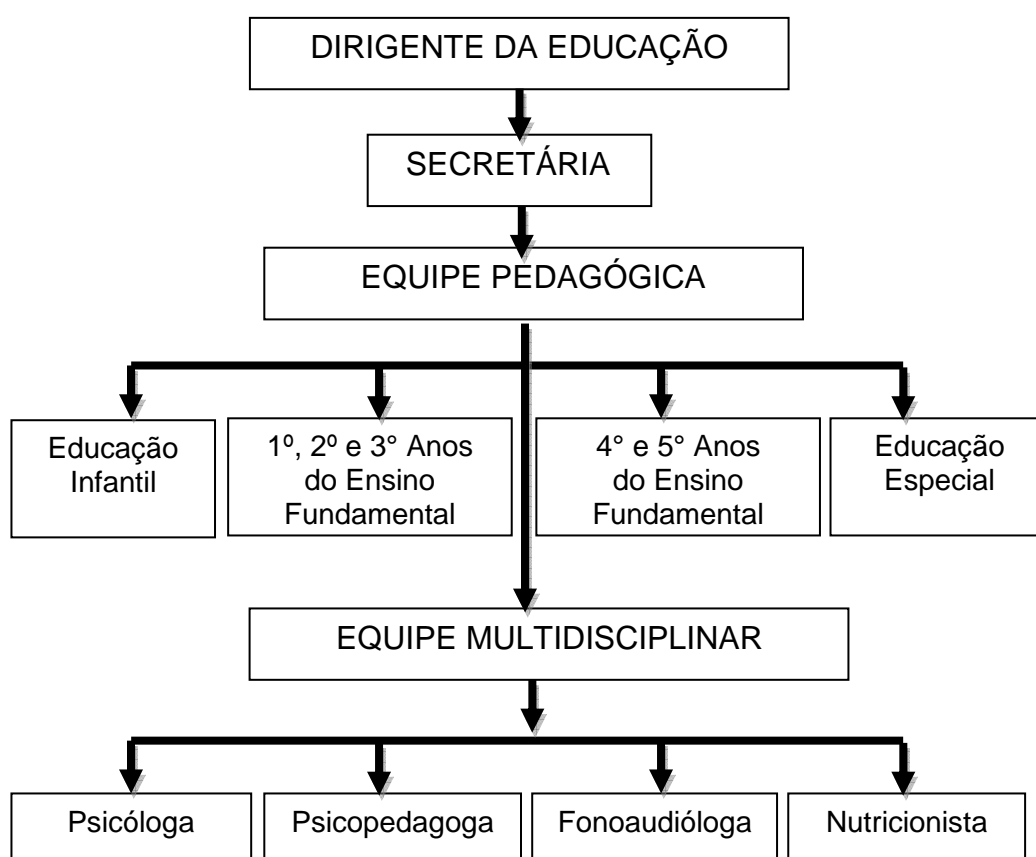
Fonte: SERE

## 9.2 Gestão da Educação Pública Municipal

### 9.2.1 Órgão gestor da educação

O órgão gestor da educação municipal denomina-se Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), localizada no centro da cidade, em espaço próprio e compartilhado com a Escola de Educação Especial Novo Amanhecer.

As instalações são adaptadas às necessidades e organizadas conforme organograma a seguir.



**Figura 5.** Organograma da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Fonte: Prefeitura, maio de 2015.

O funcionamento ocorre de acordo com o espaço disponível, possui equipamentos de uso diário que colabora para melhorar os trabalhos em sala de aula e os recursos tecnológicos para desenvolver as atividades como computadores, impressoras, fotocopiadoras e ainda um pequeno acervo bibliográfico para o atendimento dos professores em material para preparação das aulas e estudo do professor. Há necessidade de espaço para centralizar a merenda escolar, produtos de limpeza, materiais pedagógicos de uso diário e material de expediente. Também há a necessidade de dispor de uma ampla sala de reuniões pelo contingente de pessoas que frequentam o órgão, bem como para pequenos grupos de estudos com professores, motoristas, direções, entre outros.

Atualmente (2015), a Secretaria conta com 14 funcionários, não havendo necessidade de ampliação.

### 9.2.2 Organização da rede municipal de ensino

**Tabela 9.5.** Instituições de ensino da rede municipal, 2015

Etapa da Educação Básica	Número de alunos	Número de Turmas	Número de docentes	Quantidade de salas de aula	Média Alunos por Turma	Jornada do Aluno (horas/dia)
Creche Integral	189	11	35	13	17	7 horas
Pré-Escola Integral	45	02	04	03	16	7 horas
Pré-Escola Parcial	274	22	21	16	15	4 horas
Ensino Fundamental – anos iniciais	787	38	57	35	22	4 horas

Fonte: Secretaria de Educação

**Tabela 9.6.** Tempo integral, 2015

Número de escolas funcionando em tempo integral	Ano de Implantação	Jornada Escolar Diária
CMEI Criança Feliz	Setembro de 1986	7 horas
CMEI Domingos Ribeiro	Maior de 1999	7 horas
CMEI Padre Palmiro Finato	Setembro de 2013	7 horas

Fonte: Secretaria de Educação, maio de 2015.

### 9.2.3 Gestão da rede municipal de ensino

O processo de escolha de diretores de escola por meio da indicação pelo órgão público.

As escolas gerenciam os recursos oriundos do governo federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e de recursos próprios arrecadados e gerenciados pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) de cada instituição. As demais necessidades são atendidas com os recursos da Prefeitura, não havendo descentralização dos recursos.

As instituições de ensino se organizam durante o ano, realizando o levantamento das necessidades, sendo repassado para a mantenedora via ofício, na qual as compras são realizadas para todas as instituições de ensino da rede municipal.

A gestão da rede municipal de ensino tem as instâncias colegiadas para gerenciar suas atividades pedagógicas e administrativas, por meio da APMF e do Conselho Escolar. Porém, a participação do conselho escolar ainda é pouca

expressiva e os resultados pouco satisfatórios. Também não há oferta de capacitação para os seus membros.

Além da APMFs e dos conselhos escolares, encontram-se instituídos o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e o Comitê do Transporte Escolar.

**Tabela 9.7.** Órgãos colegiados, 2015

<b>Denominação</b>	<b>Legislação</b>	<b>Representantes</b>
Conselho Municipal de Educação	Lei 795, de 18/06/1997	Oito membros com paridade: um representante da Associação dos Professores do Paraná - APP Sindicato; quatro indicados pelo executivo e um pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura; dois representantes das APMFs e um representante do sindicato dos servidores públicos de Nova Aurora.
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	Lei 1197, de 09/05/2007	Um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; um representante do Conselho Municipal de Educação; um representante dos diretores das escolas públicas municipais de Nova Aurora; um representante dos professores da educação básica pública municipal; um representante dos servidores técnico administrativos das escolas públicas municipais; dois representantes de pais de alunos da educação básica pública municipal; dois representantes dos estudantes da educação básica pública municipal e um representante do Conselho Tutelar.
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	Lei 794, de 18/06/1997	Quatro membros indicados pelo Poder Público Municipal, dentre eles o Dirigente Municipal de Educação, que o Presidirá e um representante da Associação Comercial e Industrial de Nova Aurora (ACINA); dois representantes da Associação de Pais e Mestres (APMs); um representante do Conselho Municipal de Saúde e um representante da EMATER-Escritório Local do município de Nova Aurora.
Comitê do Transporte Escolar	Lei 1507, de 29/05/2012	Um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; um diretor de escola da rede estadual; um diretor de escola da rede municipal; um representante de pais de alunos.

Fonte: SEMEC, maio de 2015.

## 9.2.4 Projetos em andamento

Foram implantados e estão em desenvolvimento na SEMEC projetos em parceria com a empresa COPACOL, o Programa Cooperjovem, que visa o conhecimento sobre o cooperativismo e a prática do mesmo no dia a dia dos alunos, bem como a capacitação dos professores. O Cooperjovem é um programa especial desenvolvido desde o ano de 2000 pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) que tem por objetivo disseminar a cultura cooperativista nas escolas, compreendendo que a educação é o instrumento universal para proceder às mudanças na sociedade. Seu principal objetivo é despertar e reforçar nos professores, alunos e técnicos de cooperativas a consciência sobre a cooperação.

As Escolas Municipais Eugênio Mezzon e Fernando Esser trabalham em conjunto o projeto “Escola e comunidade, unidos contra a violência” dentro do Programa Cooperjovem.

A Escola Municipal Santos Dumont, desenvolve o projeto “Solidariedade” dentro do mesmo programa Cooperjovem.

Já a Escola Municipal Custódia Colbacho Traqueta no distrito de Palmitópolis, desenvolve o projeto “Dengue: um olhar para a prevenção” também do Programa Cooperjovem.

Todas as turmas dos quintos anos participam do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD), programa esse realizado em parceria com a Prefeitura, COPACOL e Polícia Militar, onde anualmente, mais de 150 alunos recebem um treinamento específico.

O PROERD integra as ações das políticas públicas que o Estado do Paraná mantém para melhorar a segurança pública, a educação e a saúde a partir da prevenção ao uso e tráfico de drogas. Seu objetivo principal é evitar que crianças e pré-adolescentes comprometam seu futuro e ingressem num círculo vicioso de decadência de valores e violência.

As escolas também trabalham com o projeto Escola no Campo, em parceria com a Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL) e Syngenta, sendo realizadas atividades em relação ao meio ambiente com a produção final de redações.

A COPACOL traz como complemento para a Educação o “Busão da Imaginação” com o objetivo de despertar o interesse pela Leitura e Contação de Histórias. O mesmo atende as escolas de forma escalonada, ficando em torno de uma semana no Município e depois se desloca para a região de abrangência da cooperativa, retornando quando o ciclo se fecha.

Com mais uma parceria entre COPACOL, Prefeitura e esporte é desenvolvido no Município o Projeto “Talentos em ação: educação+esportes = cidadão”, envolvendo todas as crianças nos bairros onde residem.



Com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), é desenvolvido o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo. O INPEV e as centrais de recebimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas lançaram em 2011 este programa, como forma de reiterar seu compromisso com a conscientização ambiental das futuras gerações. O programa tem por objetivo apoiar instituições de ensino na complementação de conteúdos curriculares, incluindo temas relacionados ao meio ambiente.

O Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. O programa é desenvolvido no Município em parceria com a Secretaria de Saúde.

O Projeto de Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é desenvolvido pelo CRAS, envolvendo oficinas de capoeira, grafite, violão e pintura, durante todo o ano letivo, tendo como objetivo principal proporcionar um ambiente lúdico e saudável as crianças e adolescentes, integrando o fortalecimento de vínculo e convivência.

A fanfarra é desenvolvida pela Cultura envolvendo os alunos e comunidade em geral, tendo como objetivo principal formar alunos na musicalidade, para apresentação em eventos municipais ou em âmbito regional.

O Município oferece ainda como formação continuada: o Programa Formação pela Escola, onde capacita cidadãos sobre as políticas públicas vinculadas à educação; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que trabalha com os professores alfabetizadores e têm se mostrado de grande valia na prática pedagógica dos professores.

### **9.2.5 Tecnologias educacionais**

Os laboratórios de informática passaram a ganhar ênfase no Município a partir do ano de 2007, com a instituição do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) e executado no âmbito do MEC, tendo como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informações e comunicação nas redes públicas de educação básica.

Em regime de colaboração com o Governo Federal, o município de Nova Aurora passou a receber laboratórios de informática do programa PROINFO, onde a contrapartida do Município era organizar o espaço adequado à colocação dos computadores, providenciar os mobiliários, a rede lógica e ainda providenciar a formação de professores para o uso pedagógico dos computadores nas escolas que foram implantados os laboratórios de informática.

Outra contrapartida de grande valor foi a formação continuada digital ofertada aos professores da rede municipal de ensino. Todos os professores puderam

ter acesso, no período de 2011 a 2014, a esta formação. Outros funcionários de escola também puderam participaram.

Todos os estabelecimentos da rede municipal de ensino possuem acesso a Internet Banda Larga via satélite/MEC e as de maior distância da sede, via rádio.

Por um período de tempo, os laboratórios de informática foram utilizados para que os professores pudessem ministrar suas aulas, no entanto, a relação aluno versus computador começou a dificultar o desenvolvimento das aulas.

Os laboratórios de informática ficam à disposição dos professores, que os utilizam no desenvolvimento da hora atividade para pesquisa.

**Tabela 9.8.** Laboratórios de informática, 2015

<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Número de computadores</b>	<b>Número de alunos atendidos</b>	<b>Nível ou modalidade de ensino dos alunos atendidos</b>
Escola Municipal Fernando Esser	9	230	Ensino Fundamental
Escola Municipal Eugênio Mezzon	9	250	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Santos Dumont	12	242	Ensino Fundamental
Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta	5	85	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal José Henrique da Silva	8	51	Educação Infantil e Ensino Fundamental

Fonte: SEMEC, maio de 2015.

Como forma de efetivar a inclusão digital no Município, a administração criou o Departamento de Informática, como forma de acompanhar e implementar ações de acesso à inclusão digital dos cidadãos de Nova Aurora.

Em 2014, o Departamento de Informática em parceria com as Secretarias de Administração, Educação e de Viação e Obras, lançaram o projeto do Ônibus Digital Educacional. O Projeto visa levar inclusão digital, educacional e cultural de encontro à população, com aulas de informática, livros para leitura, cursos básicos que possam ser agregados ao projeto além de terem acesso à internet.

O ônibus funciona de forma itinerante tendo no seu interior nove computadores em rede com acesso à internet, TV LCD, DVD, minibiblioteca, ar condicionado, alarme de segurança e outros equipamentos necessários para o desenvolvimento de cursos básicos de informática.

Os espaços existentes para atender a comunidade em geral no Município, em horário comercial, são: Telecentro, no Paço Municipal, com 20 computadores; Biblioteca Cidadã, com cinco computadores; Distrito Palmitópolis, com nove computadores e o Ônibus Digital Educacional, com dez computadores.

## 9.2.6 Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

Os dados da tabela 9.9 analisam as diretrizes implementadas no Município do Plano de Metas Todos pela Educação, bem como apresenta a justificativa daquelas que foram implementadas parcialmente.

**Tabela 9.9.** Diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação  
(continua)

Diretriz	Realiza		
	Sim	Não	Em parte
1. Estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir.	X	-	-
2. Alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico.	X	-	-
3. Acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente.	X	-	-
4. Combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial.	-	-	X
5. Combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não frequência do educando e sua superação.	-	-	X
6. Matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência.	-	-	X
7. Ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular.	-	X	
8. Valorizar a formação ética, artística e a educação física.		-	X
9. Garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.	-	-	X
10. Promover a educação infantil.	X	-	
11. Manter programa de alfabetização de jovens e adultos.	X	-	
12. Instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação.	X	-	
13. Implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho.	-	-	X
14. Valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional.	X	-	-

**Tabela 9.9.** Diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (encerra)

Diretriz	Realiza		
	Sim	Não	Em parte
15. Dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local.	X	-	-
16. Envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola.	X	-	-
17. Incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor.	X	-	-
18. Fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola.	-	-	X
19. Divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no IDEB.	X	-	-
20. Acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas.	-	X	-
21. Zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social.	X	-	-
22. Promover a gestão participativa na rede de ensino.	X	-	-
23. Elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes.	-	-	X
24. Integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola.	X	-	-
25. Fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso.	X	-	-
26. Transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar.	-	-	X
27. Firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas.	X	-	-
28. Organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.	-	X	-

Fonte: SEMEC, maio de 2015.

Diretriz 4: a repetência somente ocorre quando a criança não atende aos conhecimentos básicos e ao processo de desenvolvimento global para a idade e série, mesmo depois de esgotado todas as possibilidades de ensino. A rede municipal não trabalha com a progressão parcial, prefere a aprovação por notas, bem como o atendimento em sala de reforço paralelo, desenvolvido de acordo com cada realidade escolar.

Diretriz 5: o acompanhamento individual da evasão ocorre, porém não há bons resultados de superação principalmente para o ensino fundamental - anos finais e ensino médio, mesmo com a intervenção das redes de apoio e do Ministério Público.

Diretriz 6: o Município possui poucas escolas, atendendo todos os estudantes, não há o georreferenciamento, pois a logística e o transporte escolar consegue atender a todos de maneira satisfatória.

Diretriz 8: os conteúdos de formação artística poderiam ser melhores trabalhados se fossem ministrados por professores da área de Artes Visuais na rede municipal. Na rede estadual, ocorre uma mudança significativa nestes conteúdos, por investir na formação do ser humano.

Diretriz 9: o processo de inclusão é uma política que infelizmente não garante o bom atendimento pedagógico, somente faz com que aumente a exclusão de alunos que poderiam estar sendo bem atendidos nas escolas especiais.

Diretriz 13: dificuldades quanto aos recursos disponíveis, um Plano de Carreira para os professores de educação infantil, bem como melhorar a diferença entre as classes e os níveis.

Diretriz 18: os diretores devem ter primeiro a aceitação da comunidade escolar e a ciência de que a indicação ocorre democraticamente dentro da escola.

Diretriz 23: o Município possui o Conselho Municipal de Educação, porém não é um conselho ativo.

Diretriz 26: é necessário ter pessoas responsáveis por isso, não os diretores ou amigos de escola.

## IV - METAS E ESTRATÉGIAS

---

As metas apresentadas a seguir são propostas do Plano Nacional de Educação, porém as estratégias são baseadas no diagnóstico da realidade do município de Nova Aurora.

### EDUCAÇÃO INFANTIL

**META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.**

#### ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 1.1) Expandir o atendimento da educação infantil da rede municipal de ensino segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades do Município. \*
- 1.2) Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil da rede municipal de ensino das crianças de até três anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo. \*
- 1.3) Realizar, periodicamente, em parceria com as áreas da assistência social e saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
- 1.4) Buscar a adesão aos programas nacionais de construção, reestruturação e ampliação de escolas e creches da rede municipal de ensino, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil. \*
- 1.5) Assegurar, na rede municipal de ensino, a avaliação da educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. \*
- 1.6) Fomentar o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada. \*\*/

- 1.7) Manter e garantir a formação continuada dos profissionais da educação infantil da rede municipal de ensino, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior. \*
- 1.8) Dar o acesso à educação infantil e estabelecer mecanismos para fortalecer a parceria com a Escola de Educação Especial, fomentando a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica e cursos de aperfeiçoamento aos profissionais da educação. \*\*\*
- 1.9) Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das redes de apoio e das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade.
- 1.10) Garantir o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos municipais que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e que preservem as especificidades desta etapa de ensino. \*
- 1.11) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. \*
- 1.12) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos.
- 1.13) Garantir na rede municipal de ensino o acesso à educação infantil em tempo integral, para crianças de zero a três anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- 1.14) Adquirir terreno para construção do prédio próprio do CMEI Pequeno Cidadão.
- 1.15) Buscar parceiras com o governo federal para a construção ou aquisição de prédio próprio para o CMEI Pequeno Cidadão. \*

## **ENSINO FUNDAMENTAL**

**META 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.**

**ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 2.1)** Apoiar e colaborar com a construção da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental, que o MEC irá elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação. \*
- 2.2)** Colaborar com a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. \*
- 2.3)** Assegurar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino. \*\*\*
- 2.4)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. \*/\*\*/\*\*
- 2.5)** Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude e com as redes de apoio.
- 2.6)** Desenvolver, na rede municipal de ensino, estratégias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo. \*\*\*
- 2.7)** Viabilizar, em parceria com o Estado, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região. \*\*/\*\*
- 2.8)** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural. \*\*\*
- 2.9)** Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e as famílias. \*\*\*
- 2.10)** Manter a oferta do ensino fundamental para as populações do campo, nas próprias comunidades, desde que haja demanda. \*/\*\*
- 2.11)** Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades. \*\*



- 2.12)** Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal. \*\*

## **ENSINO MÉDIO**

**META 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**

### **ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 3.1)** Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades da população do Município. \*\*
- 3.2)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. \*/\*\*
- 3.3)** Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. \*\*
- 3.4)** Fomentar, junto ao Estado, programas de educação e de cultura para os jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. \*\*
- 3.5)** Contribuir para a implementação de políticas de prevenção à evasão no ensino médio motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. \*\*
- 3.6)** Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas. \*\*
- 3.7)** Ampliar a participação dos jovens no Exame Nacional do Ensino Médio, como critério de acesso à educação superior. \*/\*\*

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**

### **ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 4.1)** Promover a universalização do atendimento escolar à demanda manifestada pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 4.2)** Manter as classes especiais, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada dos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo, de acordo com critérios estabelecidos pela mantenedora. \*\*\*
- 4.3)** Garantir a oferta de o atendimento educacional especializado complementar e suplementar a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública municipal de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação psicoeducacional realizada no contexto escolar.
- 4.4)** Aderir aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação. \*/\*\*\*
- 4.5)** Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. \*\*\*

- 4.6) Garantir a oferta da educação inclusiva na rede municipal de ensino e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular, o atendimento educacional especializado e a Escola de Educação Especial.
- 4.7) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. \*/\*\*\*
- 4.8) Ampliar, na rede municipal de ensino, quando necessário, as equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 4.9) Buscar parceria com a Escola de Educação Especial, conveniada com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas na rede municipal de ensino.
- 4.10) Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede municipal de ensino.
- 4.11) Buscar parceria com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. \*\*\*

## **ALFABETIZAÇÃO**

**META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.**

**ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. \*
- 5.2) Instituir, na rede municipal de ensino, instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental, como a organização das salas de readequação. \*\*\*
- 5.3) Apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos. \*/\*\*/\*\*
- 5.4) Melhorar e incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas promovidas por meio da formação continuada pelo Município, programadas conforme calendário escolar melhorando ou garantindo a qualidade na aprendizagem dos alunos na efetividade dos metodológicos.
- 5.5) Incentivar a formação continuada dos professores alfabetizadores da rede municipal de ensino com recursos que venham favorecer o uso de tecnologias educacionais melhorando a qualidade de práticas pedagógicas do cotidiano dos professores.
- 5.6) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. \*\*\*

## **TEMPO INTEGRAL**

**META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.**

### **ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta gradativa de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. \*/\*\*
- 6.2) Assegurar que as escolas públicas municipais tenham padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral. \*

- 6.3)** Buscar a adesão ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. \*
- 6.4)** Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e centro cultural.
- 6.5)** Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal. \*
- 6.6)** Adotar, na rede municipal de ensino, medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais. \*

## IDEB

**META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:**

Ano	Metas Projetadas			
	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nova Aurora	5.4	5.7	6.0	6.2
Anos Finais do Ensino Fundamental – Nova Aurora	4.7	4.9	5.2	5.4

## ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 7.1)** Assegurar, na rede municipal de ensino, que a maioria dos alunos do ensino fundamental alcance nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo. \*
- 7.2)** Implementar processo contínuo de autoavaliação das escolas da rede municipal de ensino, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

- 7.3)** Executar, em regime de colaboração com a União, o Plano de Ações Articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação municipal, voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar. \*
- 7.4)** Assegurar, na rede municipal de ensino, as políticas públicas de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas do Município com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo as desigualdades gradativamente. \*
- 7.5)** Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando o acesso público às informações em sites oficiais do Município. \*
- 7.6)** Incentivar, na rede municipal de ensino, a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem.
- 7.7)** Garantir transporte gratuito para todos os estudantes que moram na zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento. \*/\*\*
- 7.8)** Universalizar, na rede municipal de ensino, até o quinto ano de vigência deste PME, com a colaboração da União, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. \*
- 7.9)** Apoiar a gestão escolar, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. \*\*\*
- 7.10)** Assegurar aos alunos da rede municipal de ensino, em colaboração com a União, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. \*
- 7.11)** Assegurar a todas as escolas da rede municipal de ensino o acesso a energia elétrica e abastecimento de água tratada, e garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de informática e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência. \*

- 7.12)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas municipais, visando à equalização regional das oportunidades educacionais. \*
- 7.13)** Prover, na rede municipal de ensino, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar à escolas municipais, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. \*
- 7.14)** Informatizar a gestão das escolas públicas municipais e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como aderir ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. \*
- 7.15)** Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar. \*\*/\*\*
- 7.16)** Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. \*\*/\*\*
- 7.17)** Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-Brasileira e Indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnicoracial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. \*\*\*
- 7.18)** Fomentar a consolidação da educação escolar do campo de populações tradicionais e de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural. \*\*\*
- 7.19)** Apoiar o desenvolvimento de currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação. \*\*\*

- 7.20)** Mobilizar, através das escolas, as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. \*\*\*
- 7.21)** Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional. \*
- 7.22)** Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- 7.23)** Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, como condição para a melhoria da qualidade educacional, em parceria com a área da saúde.
- 7.24)** Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação, para fortalecer as políticas públicas e orientar as práticas pedagógicas. \*/\*\*\*
- 7.25)** Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores da rede municipal de ensino, e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. \*
- 7.26)** Aderir ao Programa Nacional de Formação de Professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional. \*

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**META 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**

**ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**



- 8.1) Aderir aos programas e às tecnologias estabelecidas em nível nacional e/ou estadual, para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados. \*/\*\*/\*\*
- 8.2) Assegurar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda. \*\*/\*\*
- 8.3) Incentivar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados. \*\*
- 8.4) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino. \*\*/\*\*
- 8.5) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde, proteção à juventude e redes de apoio. \*\*/\*\*

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**

### **ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, sempre que houver demanda. \*/\*\*
- 9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos. \*\*
- 9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica. \*/\*\*
- 9.4) Buscar a adesão ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização. \*

- 9.5) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil. \*\*
- 9.6) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade. \*\*
- 9.7) Fomentar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, em articulação com a área da saúde. \*/\*\*/\*\*
- 9.8) Incentivar a implementação de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos. \*\*\*
- 9.9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. \*\*
- 9.10) Aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, de forma que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. \*/\*\*
- 9.11) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. \*/\*\*

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**

**ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 10.1) Estimular a oferta do programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. \*/\*\*

- 10.2)** Viabilizar mecanismos de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores. \*/\*\*
- 10.3)** Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância. \*/\*\*
- 10.4)** Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. \*/\*\*
- 10.5)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência. \*/\*\*/\*\*
- 10.6)** Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, de forma que haja a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos. \*\*/\*\*
- 10.7)** Fomentar a produção e/ou aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. \*\*/\*\*
- 10.8)** Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. \*\*
- 10.9)** Buscar a adesão ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. \*/\*\*
- 10.10)** Incentivar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio. \*\*\*

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**META 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 11.1) Fomentar, junto ao poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita. \*/\*\*
- 11.2) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude. \*\*
- 11.3) Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. \*\*
- 11.4) Fomentar que a oferta de educação profissional no Município esteja articulada aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores. \*\*

## EDUCAÇÃO SUPERIOR

**META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.**

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 12.1) Estimular a ampliação da oferta de estágio na rede municipal como parte da formação na educação superior.
- 12.2) Assegurar ações de incentivo à mobilidade estudantil para as instituições de educação superior da região, tendo em vista o enriquecimento da formação em nível superior. \*
- 12.3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades locais, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

- 12.4) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação. \*

## EDUCAÇÃO SUPERIOR

**META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.**

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 13.1) Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades do Município.

## EDUCAÇÃO SUPERIOR

**META 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.**

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 14.1) Estimular, por meio de dispositivos no Plano de Carreira do Magistério, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado.

## VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

**META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 15.1) Valorizar as práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica. \*\*\*
- 15.2) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação da rede municipal de ensino de outros segmentos que não os do magistério. \*/\*\*

- 15.3)** Implantar política de formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino de outros segmentos que não os do magistério. \*
- 15.4)** Implementar, na rede municipal de ensino, programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial. \*

## **VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

**META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

### **ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 16.1)** Garantir, em regime de colaboração, que todos os professores da rede municipal de ensino, tenham formação continuada, e fomentar a oferta de pós-graduação por parte das instituições de educação superior existentes na região, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município. \*
- 16.2)** Buscar a adesão ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em LIBRAS e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede municipal de ensino, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. \*
- 16.3)** Aderir ao programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público municipal, fortalecendo a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura. \*

## **VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

**META 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.**

### **ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 17.1)** Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público municipal, assegurando esta atualização nas respectivas tabelas salariais do Plano de Carreira. \*

## VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

**META 18:** assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

### ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 18.1)** Assegurar, na rede municipal de ensino que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- 18.2)** Assegurar acompanhamento dos profissionais iniciantes da rede municipal de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.
- 18.3)** Buscar a adesão à prova nacional na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério público municipal. \*
- 18.4)** Assegurar aos profissionais do magistério público municipal, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*.
- 18.5)** Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas. \*\*\*
- 18.6)** Assegurar, na rede municipal de ensino, a existência de Comissão Permanente de profissionais do magistério público municipal, para subsidiar a reestruturação e implementação do Plano de Carreira de acordo com as mudanças da legislação educacional. \*

## GESTÃO

**META 19:** assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

### ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 19.1)** Considerar, para a nomeação dos diretores de escola da rede municipal de ensino, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar. \*

- 19.2) Aderir aos programas de apoio e formação de conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. \*
- 19.3) Realizar as conferências municipais visando o acompanhamento da execução deste PME.
- 19.4) Fortalecer, na rede municipal de ensino, as associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.
- 19.5) Dinamizar os conselhos escolares da rede municipal de ensino e o Conselho Municipal de Educação, visando fortalecer estes colegiados como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.
- 19.6) Estimular, na rede municipal de ensino, a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.
- 19.7) Favorecer processos de autonomia pedagógica e administrativa nos estabelecimentos de ensino da rede municipal.
- 19.8) Assegurar a oferta de cursos de formação para os gestores escolares municipais, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento destas funções.

## **FINANCIAMENTO**

**META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**

### **ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:**

- 20.1) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento e controle da arrecadação dos impostos municipais.
- 20.2) Destinar, na forma da lei, à manutenção e desenvolvimento do ensino, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos. \*



- 20.3)** Assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a manutenção dos dados nos portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. \*
- 20.4)** Implementar o custo aluno qualidade (CAQ) nos termos da legislação em vigor.\*
- 20.5)** Dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, a partir de sua vigência. \*
- 20.6)** Assegurar que a aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino da rede municipal de ensino, esteja de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal.
- 20.7)** Assegurar o cumprimento da legislação educacional que trata das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino na rede municipal.
- 20.8)** Garantir, nos planos plurianuais, a previsão de suporte financeiro às metas constantes neste Plano Municipal de Educação.
- 20.9)** Garantir, no prazo máximo de doze meses, a partir da aprovação deste Plano, a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal nos termos das Leis Federais 9394, de 20 de dezembro de 1996; 11.494, de 20 de junho de 2007; 11.738, de 16 de julho de 2008 e da Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de maio de 2009.

(\*) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração da União.

(\*\*) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração do Estado.

(\*\*\*) O cumprimento desta Estratégia, ao que se refere às instituições de ensino que não são da rede municipal, depende dos programas e/ou da iniciativa de cada mantenedora.

## **V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO**

---

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Nova Aurora, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

As metas nacionais e estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos. Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

---

**Constituição Federal** de 1988.

**Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

**Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

**Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

**Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Lei nº 9.394/96**, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

**Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

**Lei nº 11.494/07**, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

**Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

**Lei nº 12.101**, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

**Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

**Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

## **SITES CONSULTADOS**

---

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova\\_Aurora\\_%28Paran%C3%A1%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Aurora_%28Paran%C3%A1%29)

[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking>

[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/nova-aurora\\_pr](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-aurora_pr)

[www.novaaurora.pr.gov.br](http://www.novaaurora.pr.gov.br)

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos>